

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O FEMINISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA: O PAPEL DO GÊNERO NO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF EM 2016**

GOIÂNIA

2020

BÁRBARA PIRES MODESTO

**O FEMINISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA: O PAPEL DO GÊNERO NO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF EM 2016**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS).

Professor Orientador: Me. Renzo Nery

GOIÂNIA

2020

BÁRBARA PIRES MODESTO

**O FEMINISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA: O PAPEL DO GÊNERO
NO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF EM 2016**

Data da defesa _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Me. Renzo Nery

Examinadora Convidada: Prof. Me. Katiúscia Costa

Examinadora Convidada: Profa. Me. Maria Aparecida Skorupski

Dedico esta pesquisa aos meus pais,
principalmente ao meu pai pelo
comprometimento compartilhado para
realização de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são direcionados primeiramente a mim, por ter conseguido chegar a algo tão inalcançável a meu ver em meses anteriores a este. Não foi uma jornada fácil, mas eu fui forte e perseverante para continuar e concluir uma meta tão importante para mim. Foi uma pesquisa extensa, difícil de passar pela garganta na maioria das leituras, mas agradeço a mim por ter colaborado em mais um trabalho que irá influenciar de forma positiva na compreensão de inúmeras pessoas sobre o caso e sobre outros inúmeros casos isolados na sociedade.

Isso dependeu tanto de mim quanto de inúmeras pessoas importantíssimas pra mim: Valdeir Modesto Miranda, meu pai e amigo durante todo o processo; Sueli Pires da Silva Paiva, minha super mãe coruja com determinação pra dar e vender que me dava um empurrão todos os dias para tentar mais um pouquinho; Claudiane Thaís Moreira da Fonseca, minha professora, amiga e terapeuta que chegou no final do processo e fez uma diferença gigantesca pra que eu enxergasse tudo de outro ângulo; Giovanna Catharina Ramos, minha melhor amiga, namorada e companheira de todas as horas, principalmente as de desespero e choros intermináveis; Helmar Ribeiro de Paiva, meu padrao e amigo que me ouviu falar por mais de trinta minutos sobre um tema que ele não compreende, mas que por eu escrever sobre, se interessou e buscou entender; Renzo Nery, meu orientador e professor que me acompanhou nesses doze meses de pesquisa com compreensão e paciência; e por último agradeço a todas as minhas amigas e amigos que me encorajavam dizendo “eu quero ler seu trabalho”, “você consegue”, “já terminou?” e “seu tema é muito importante”.

Sumário

RESUMO.....	7
INTRODUÇÃO	8
I. O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	10
1.1 A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA	12
1.1.1 Feminismo Liberal.....	12
1.1.2 Feminismo Negro	13
1.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA	15
1.2.1 Feminismo Radical.....	15
1.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA.....	17
1.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O GÊNERO E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL.....	18
1.4.1 Os Lugares Atribuídos a Cada Gênero	20
1.4.2 O Feminismo no Brasil.....	21
II. DO LULISMO AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL.....	24
2.1 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER DURANTE O GOLPE MILITAR DE 1964	24
2.1.1 A Primeira Onda Feminista no Brasil	25
2.1.2 A Segunda Onda Feminista no Brasil	25
2.2 AS FORMAS DA TORTURA: A DIFERENÇA DA TORTURA FEMININA	25
2.2.1 Pau-de-Arara.....	27
2.2.2 Estupros	27
2.3 O “SILÊNCIO” FEMININO	28
2.3.1 A Torre das Donzelas	30
2.4 SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES (SPM): DESAFIOS E MUDANÇAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	31
2.4.1 Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro.....	32

2.4.2 A Liberdade Da Mulher Brasileira Sobre Seu Próprio Corpo.....	34
2.4.3 O “Ser” Mulher na Sociedade Brasileira.....	37
III. O GÊNERO DE DILMA ROUSSEFF INFLUENCIOU O SEU PROCESSO DE IMPEACHMENT?.....	39
3.1 A MULHER NA POLÍTICA	39
3.1.2 O Voto Feminino e a Eleição de Mulheres no Brasil	42
3.2 A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E POLÍTICA.....	44
3.2.1 A Relação Entre Gênero e Política no Brasil	46
3.2.3 Implicações da Questão de Gênero no Processo de Impeachment de Dilma Rousseff...48	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

RESUMO

A partir da terceira onda feminista as questões de gênero passam a ser discutidas de forma indissociável à dimensão política da vida em sociedade. Esse trabalho investiga a relação entre gênero e política, tendo como estudo de caso o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, procurar-se-á responder aos seguintes questionamentos: i) de que modo o fator de gênero interfere na formação da identidade nacional? e; ii) teria a predita relação algum impacto nas escolhas partidárias e ideológicas dos indivíduos? A investigação dessas perguntas é realizada, do ponto de vista metodológico, por meio da leitura de livros, artigos de revistas e notícias de canais de comunicação, voltados, por sua vez, à análise da questão do discurso de gênero. São analisados *memes*, notícias e o comportamento da própria população para responder ao questionamento principal desta pesquisa: o gênero de Dilma Rousseff influenciou em seu processo de *impeachment*? Por fim, o estudo analisa, com base no feminismo, o impacto do gênero do ex-presidente na formação de um "consenso midiático" que acabou naturalizando um discurso machista para se referir a um chefe de Estado.

Palavras-chaves: gênero; Dilma Rousseff; *impeachment*; feminismo.

ABSTRACT

From the third-wave feminism the gender issues started to be discussed inseparably from the political dimension of life in society. This work investigates the relationship between gender and politics, taking the impeachment of ex-president Dilma Rousseff's process as the study case. In this sense, an attempt will be made to answer the following questions: i) how does gender interfere the formation of national identity? and; ii) does the predicted relationship have any impact on individuals' party and ideological choices? The investigation of these questions is carried out, from a methodological point of view, through the reading of books, magazine articles and news from communication channels, focused on the analysis of the gender discourse's issue. Memes, news and the behavior of the population itself are analyzed to answer the main question of this research: Dilma Rousseff's gender influenced her impeachment process? Lastly, the study analyzes, based on feminism, the impact of the former president's gender on the formation of a "media consensus" that ended up naturalizing a sexist discourse to refer to a head of state.

Keywords: gender; Dilma Rousseff; impeachment; feminism.

INTRODUÇÃO

Dilma Rousseff, política e economista brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2001 e chefe do Ministério de Minas e Energias e logo após da Casa Civil durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, concorreu e foi eleita presidenta do Brasil no ano de 2010 e reeleita em 2014. Rousseff foi a primeira mulher a chegar ao cargo de presidente da república na história do Brasil. Tamaña representatividade alterou aspectos importantes na política brasileira, mas até que ponto?

As problemáticas de gênero em um país cuja cultura é marcada pelo patriarcalismo (NOGUEIRA, 2018; PANKE, 2016) são bem maiores do que se pode imaginar. A representatividade política e social de uma mulher na presidência da república impulsionou muitos debates, mas também revelou uma face da cultura brasileira profundamente marcada pelo preconceito de gênero travestido, por sua vez, de um discurso voltado à manutenção da “normalidade” social. Adesivos pornográficos e ofensivos – impressos e colados em carros em todo o país durante o processo de *impeachment*, iniciado em dezembro de 2015 – são a expressão mais simbólica (e ao mesmo tempo mais factual) do fenômeno estudado aqui.

A luta pela equidade de gênero em todos os âmbitos sociais vindo sendo discutida aos poucos por inúmeras figuras importantes da política internacional, principalmente, por chefes de Estado. Apesar dos notáveis avanços, o trabalho (tanto intelectual quanto político) de desconstrução de pensamentos, costumes e comportamentos da sociedade como um todo ainda levará tempo. As problemáticas relacionadas às taxas de feminicídio crescentes, as mutilações genitais ocorridas, principalmente, no continente africano, a sexualização excessiva do corpo feminino e os fatores que levam um gênero a ser considerado inferior a outro são pontos importantes a serem investigados pelo campo de estudos das Relações Internacionais. Por que a primeira forma de diminuir uma mulher surge a partir da exposição ou tentativa de exposição de seu corpo? Por que seria “engraçado” exibir uma mulher, chefe de Estado, em posição vexatória sobre a entrada de combustível de um automóvel? E o principal fator a ser discutido no presente trabalho é: a questão de gênero influenciou no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff?

As abordagens teóricas utilizadas na investigação dessas perguntas recorrem, ao feminismo, ou seja, aos estudos de gênero que foram mais estudados a partir da terceira onda feminista, movimento que se encontra posicionado no âmbito do terceiro debate das Relações Internacionais (RIs.) no sentido de incluir estudos de gênero como análise nas problemáticas deste tema no sistema internacional e nas relações entre as sociedades.

No capítulo um há uma ampla abordagem das teorias feministas e do feminismo nas RIs, desde a primeira onda feminista aos dias atuais, mostrando sua evolução e o que cada movimento e abordagem teórica pretendem defender e conquistar. Explica-se também de que forma o gênero pode influenciar nas escolhas políticas dos indivíduos.

No segundo capítulo faz-se uma breve recapitulação de parte da história da política brasileira que se inicia com algumas considerações sobre a ditadura militar ocorrida no Brasil de 1964 a 1985, avança para o primeiro mandato do ex-presidente Lula até o *impeachment* de Rousseff. Posteriormente, no mesmo capítulo, analisa-se o desenvolvimento do feminismo no Brasil no âmbito destes governos, de que forma Lula e Dilma trabalharam as questões de gênero em seus governos e como o movimento feminista foi ganhando espaço na sociedade brasileira.

No capítulo três trabalha-se as questões centrais dessa pesquisa: i) teria o gênero de Dilma Rousseff influenciado no desenvolvimento de seu processo de destituição (*impeachment*)?; ii) teria Rousseff sido atacada nas redes sociais (com posts sobre sua sexualidade, suas vestimentas, entre outros) pelo fato de ser mulher, ou por outros motivos?; iii) até onde se pode intitular como equiparada as relações de gênero em um país que se encontra em quinto lugar no ranking de taxa de feminicídios do planeta, de acordo com a ONU Mulheres¹?; iv) a eleição de uma mulher para a presidência do Brasil impactou a representatividade da mulher no contexto político da sociedade brasileira?; v) o comportamento da sociedade brasileira pode ser justificada pelo alto índice de rejeição ao partido de Rousseff (o Partido dos Trabalhadores) ou há razões mais profundas que demonstram o sexismo e/ou machismo ocorrido durante tal processo?

Parte-se da premissa de que a imagem construída internacionalmente acerca do povo brasileiro, a dizer, uma imagem de um povo “pacífico”, “gentil”, “dócil” e “receptivo”, mascara preconceitos e aspectos culturais que merecem ser academicamente investigados. Por fim, na conclusão da pesquisa, procura-se analisar a forma pela qual a destituição da primeira mulher presidente da república no país está intimamente ligada ao seu gênero.

¹ Para mais dados acerca dessa e outras informações sobre o tema acessar <<http://www.onumulheres.org.br/>>

I. O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O terceiro debate em Relações Internacionais foi constituído de um lado por positivistas², com suas visões mais economicistas do sistema internacional, e de outro, pelos pós-positivistas³ com um olhar mais sociológico das relações entre Estados e sociedades (MONTE, 2013). Os pós positivistas adentraram o campo das relações internacionais com uma perspectiva alternativa para analisar o sistema internacional e as relações entre Estados e sociedades, trazendo consigo a teoria feminista como categoria de análise. O viés de gênero, nesse sentido, aparece como o elemento mais importante para se investigar determinados padrões de comportamento, acontecimentos, tomadas de decisão, entre outros. Monte (2013) observa que

Teóricos pós-positivistas, em RI, serão aqueles que buscam entender as normas e instituições a partir das quais agem os Estados. Pós-positivistas cogitam mesmo a existência de “identidades estatais”, construídas entre atores domésticos e externos, e que impactam as tomadas de decisão em política externa. (MONTE, 2013, p. 60)

Pode-se inferir, portanto, que os Estados são formados por indivíduos e que esses possuem preferências, pensamentos, vontades etc. Portanto, a atuação dos Estados é alimentada por um determinado tipo de pensamento, não sendo, deste modo, sempre imparcial – o que seria ideal, afinal um Estado é composto por inúmeros indivíduos com pensamentos divergentes. Posteriormente as discussões pós positivistas em RI, se iniciam os debates para compreender as maneiras pelas quais as normas de gênero existem nas relações e influenciam as relações social/internacional, sendo assim, faz-se premente identificar e analisar, para os fins deste estudo, a intersecção entre as relações internacionais e os estudos de gênero. (MONTE, 2013, p. 61)

As teorias feministas se dividem em cinco vertentes principais dentro das relações internacionais, sendo elas: o feminismo liberal, construtivista, radical, eco feminismo, socialista e crítico. Todas estas vertentes carregam um tipo de “visão própria” do que é o gênero e qual seu papel na política das relações sociais, estatais etc. Entretanto, apesar de existirem vários tipos de feminismos todos buscam compreender a mesma coisa: de que maneira o elemento de

² Em Relações Internacionais as teorias positivistas surgiram a partir da década de 80. Entende-se que as reflexões positivistas vieram da semelhança entre liberais e realistas (o racionalismo). Para os positivistas não é “[...] possível estudar a estrutura do sistema internacional, ou traçar leis objetivas da natureza humana, pois todos estes fatores não seriam observáveis ou experimentáveis” (BRAGA, 2013, p. 62). Para melhor compreensão ler o artigo Perspectivas positivistas e pós positivistas nas Relações Internacionais: As divergências epistemológicas levariam a distinções em seu modo de fazer ciência?

³ As teorias pós-positivistas nas Relações Internacionais vão contra as positivistas, pois criticam a forma como eles compreendem os fatores que compõe o sistema internacional, Braga (2013) explica que os pós-positivistas “[...] argumentam que a realidade é socialmente construída e, portanto, subjetiva” (BRAGA, 2013, p. 63).

poder funciona e como o mesmo permeia e condiciona, ou mesmo determina, o “lugar” da mulher nos âmbitos internos e externos dos Estados. Todas essas abordagens incluem em seu estudo uma dimensão política que pretende compreender as relações de poder e como são construídas, sendo elas de gênero, classe ou raça. O feminismo pretende, portanto, desconstruir as hierarquias pré-definidas pelo sistema atual, fazendo com que as relações se tornem mais justas para todas e todos, quer dizer, que a distribuição do próprio elemento de poder seja capaz de representar (politicamente, socialmente e culturalmente) os preditos grupos de forma menos assimétrica (MONTE, 2013, p. 68).

Uma primeira constatação é eminentemente empírica: quando se observa a produção de pesquisa acadêmica sobre relações internacionais, nota-se, de saída, o baixo grau de visibilidade da temática feminista — especialmente em âmbito teórico —, seja do ponto de vista da leitura dos manuais utilizados nas universidades ao redor do mundo, seja do ponto de vista da baixa quantidade de eventos acadêmicos voltados ao feminismo. *“Entre feminismos, formação e ações: uma reflexão a partir dos discursos de universitárias/os em Goiás”* é uma pesquisa realizada por duas mulheres graduadas no curso de psicologia da PUC Goiás: Alice de Alencar e Lenise Santana Borges⁴. Esta pesquisa foi realizada a partir de um questionário feito por 57 alunas (os) do curso de Medicina, 108 do curso de Psicologia, 38 do curso de Serviço Social e 16 do curso de Matemática – as autoras utilizaram 10% do total de alunas (os) matriculadas (os) nos respectivos cursos naquele ano para realizar o estudo. O questionário contava com 16 questões acerca do assunto, sendo dez questões gerais sobre o tema e seis questões com teor mais pessoal. Ao final da pesquisa as autoras ressaltam que

O ideário feminista parece ter alcançado a forma como os/as estudantes parecem ter-se tornado “sensíveis” às questões de gênero, no sentido de perceberem que existem diferenças entre “homens” e “mulheres”, e destacarem isso como algo que constrói diferenças nos respectivos cursos e futuras profissões. Apesar dessa “sensibilidade”, do ponto de vista da “efetividade”, ou seja, da proposta de mudanças a fim de desconstruir essas “diferenças”, ou entender que o discurso das “diferenças” cria e mantém desigualdades sociais, apontam-se dificuldades de pensar ações efetivas ou políticas. Há, assim, um distanciamento entre o perceber e a possibilidade de agir. (BORGES e CANUTO, 2013, p. 11)

Apesar dos estudos de gênero serem compreendidos de forma relevante, a possibilidade de ação por parte das(os) estudantes é extremamente baixa, visto que “[...] os sentidos atribuídos as “feministas” aparece vinculado a uma série de estereótipos, como os de “radicalidade”, “rebeldia feminina”, “lésbicas”, “histéricas”, “mulheres de roupa bem grandes”” (BORGES e

⁴ Professora dos programas de Graduação e Pós-graduação do curso de Psicologia da PUC/GO, Graduada em Psicologia pela PUC/SP (1982), Mestra em Women and Development no Institute of Social Studies (1995), Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP (2008), co-fundadora do Grupo Transas do Corpo (1987), Goiânia, Brasil. (BORGES e CANUTO, 2013)

CANUTO, 2013), não há como empenhar-se ao lado de pessoas que não se admira ou compreende-se minimamente suas ações e reações acerca de assuntos pertinentes ao tema. É necessário, portanto, que haja uma maior produção de eventos acadêmicos direcionados a todos os cursos com a temática feminista, principalmente a desconstrução da imagem da mulher feminista no que diz a respeito a suas ações para conquistar direitos básicos na sociedade.

São apresentados aqui alguns dos vieses do feminismo – principalmente os mais importantes para a discussão apresentada no trabalho –, uma breve explicação sobre cada onda feminista e quais categorias surgiram dentro de cada uma.

1.1 A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA

O que se chama de primeira “onda” feminista ocorreu ao final do século XIX até o início do século XX, tendo como pauta principal o direito ao voto feminino, direito este conquistado pelos homens há algum tempo. Foi também no século XIX que surgiu a indagação sobre a necessidade do lucro a todo custo, dando abertura ao socialismo, a participação política, a manifestações, entre outros fatores. Esta primeira vertente feminista ficou conhecida como *feminismo liberal*, a ideia de que as mulheres não deveriam ser – e não são – submissas a seus maridos ou a qualquer outro homem (pai, chefe etc.).

1.1.1 Feminismo Liberal

Primeiro é necessário entender a teoria liberal em si para compreender então qual a ligação entre feminismo e liberalismo. O liberalismo é uma das teorias mais fortes dentro das RI, surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tentando explicar o porquê de um conflito armado com tamanha proporção. Seu principal teórico é Adam Smith (1723-1790), filósofo e economicista britânico que propôs um modelo de Estado diferente do desenhado pelo realismo. Para Smith a ação individual das pessoas é que as comanda, um exemplo muito usado em obras acadêmicas é o do trabalhador que não sai para trabalhar por uma cooperação coletiva em si, mas para sua própria sobrevivência. Smith mostrava que essas ações individuais guiavam as pessoas dentro das sociedades, o que significa que a partir de ações individuais haveria uma coletividade para construção de riqueza para os indivíduos, mas como manter esse desenvolvimento sem uma “ordem”? Edmund A. Opitz (1976) explica que

É necessário, antes de tudo, que haja ampla obediência aos mandamentos morais que proibem assassinato, roubo, deturpação e cobiça. O segundo requisito é para um sistema jurídico que garanta justiça igual perante a lei para todas as pessoas. Quando esses requisitos morais e legais forem atendidos, o povo será levado a um sistema de

cooperação social sob a divisão do trabalho "como se por uma mão invisível"⁵. (OPITZ, Edmund A. 1976, *s.p.* tradução nossa)

Este conceito da “mão invisível” foi muito utilizado por Adam Smith em suas obras guiando seus leitores a entenderem quem “organizava” a sociedade e como. Pode-se dizer então que a própria sociedade a organiza, a partir de suas ações individuais.

O feminismo liberal foi iniciado com Olympe de Gouges que elaborou em 1791 a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, dois anos depois da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* escrito em 1789. O contraponto proposto por Gouges abriu espaço para questionamentos sobre a desigualdade de gênero e para o fato de todas as leis serem feitas essencialmente por e para homens (brancos, burgueses) e qual a problemática deste fato na vida das mulheres de sua época. A partir daí foram aparecendo mais e mais mulheres indagando o lugar e o papel das mulheres na sociedade.

Apesar de ser um começo promissor, este mesmo feminismo excluía mulheres não-brancas. Esta exclusão fez com que novas indagações fossem feitas surgindo então o feminismo negro, expandindo o questionamento sobre os lugares das mulheres, adicionando a ideia de “quais” mulheres.

1.1.2 Feminismo Negro

A primeira pauta do feminismo negro foi a abolição da escravidão, deu-se margem então para o questionamento de quais mulheres estariam sendo defendidas nas vertentes feministas existentes e de que forma isto poderia prejudicar mulheres que não fossem brancas e/ou burguesas da época. A construção de um feminismo antirracista foi o início do estabelecimento de um movimento que incluía *quase* todas as mulheres. Franchini (2017), em seu artigo *O que são as ondas do feminismo?* expõe que

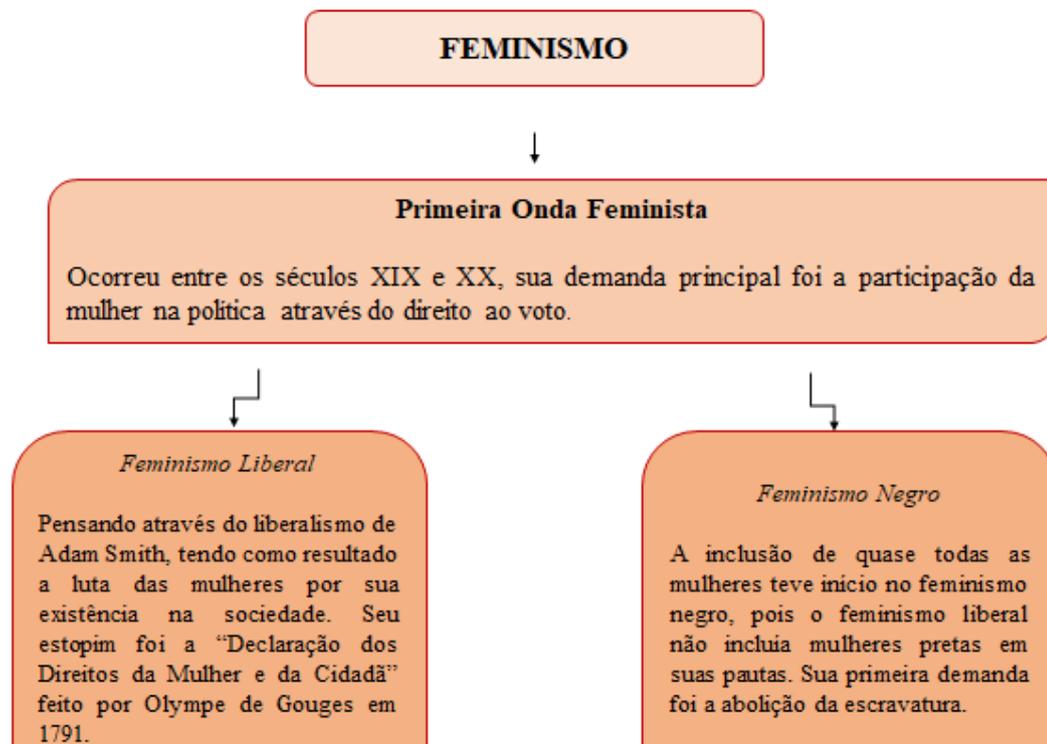
Aliás as mulheres brancas estadunidenses não demoraram a reagir *contra* esse movimento abolicionista, alegando, basicamente, que o ganho da liberdade por parte dos homens negros resultaria em perda de direito para elas, mulheres brancas. Então, ao mesmo tempo que lutavam por direitos para si mesmas, algumas participavam de grupos como o KKK, por exemplo. O que explica muita coisa em termos da desconfiança do movimento negro com boa parte da branquitude feminista. (FRANCHINI, 2017, *s. p.*)

⁵ Trecho original: *It is required, first of all, that there be widespread obedience to the moral commandments which forbid murder, theft, misrepresentation, and covetousness. The second requirement is for a legal system which secures equal justice before the law for every person. When these moral and legal requirements are met, then the people will be led into a system of social cooperation under the division of labor 'as if by an invisible hand* (OPITZ, Edmund A. 1976, *s.p.*).

O feminismo negro arrancou do feminismo até então liberal a ideia de que mulheres precisam do feminismo apenas por uma questão de gênero, mostrando que há também uma diferença de etnia presente no que é ser mulher que precisava ser discutida. Uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil é Sueli Carneiro, fundadora e presidente do Instituto da Mulher Negra – Géledes, atuante contra o racismo, é filósofa e escritora (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2010).

Surgiu também nesta mesma onda a ideia do feminismo ligado ao marxismo, onde se concentrava na libertação das mulheres operárias. O feminismo marxista se propunha a analisar o papel da mulher dentro das fábricas, quais seus cargos, suas horas de trabalho, entre outras questões. Vê-se então a necessidade de abrangência do feminismo, de inclusão de todo tipo de mulher para que se possa falar de todos os assuntos de forma adequada, a partir de suas vivências e particularidades.

Mapa teórico do feminismo em sua primeira onda.



6

FONTE: autoral.

⁶ Se utiliza da frase “quase todas as mulheres” pois neste momento não se discutia o lugar de mulheres transsexuais no feminismo.

1.2 A SEGUNDA ONDA FEMINISTA

A segunda onda feminista ganhou força no Brasil a partir de 1964 com a ditadura militar, quando o país passava por uma crise democrática. De acordo com Simone de Beauvoir, uma das teóricas feministas mais importantes, “[b]asta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”, logo, a ditadura militar foi um momento crucial para o feminismo principalmente no Brasil. Ivone Ferreira Caetano explica que a segunda onda feminista “[...] não restringe as suas reivindicações ao lugar da mulher ‘no trabalho, na vida pública, na educação’ –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres...” (2017, p. 5). A vertente principal desta etapa do feminismo foi o radical que tomou ainda mais espaço político para discutir o lugar das mulheres na sociedade.

1.2.1 Feminismo Radical

Conhecido como feminismo radical iniciou-se nos anos 50 e perdurou até os anos 90, dando uma formulação teórica da opressão feminina, seus significados, suas origens e seus porquês. Assuntos que antes não eram discutidos começaram a adentrar as academias, os locais de trabalho, as casas e todos os campos sociais possíveis para questionar mais a fundo acerca da ideia historicamente construída de que o homem é “superior” à mulher em quaisquer que sejam os assuntos. Franchini (2017) menciona que

É mais ou menos aqui que começa a distinção entre *sexo* e *gênero*, sendo que aquele passa a ser entendido como uma característica biológica; e este, como uma construção social, um conjunto de características e de papéis impostos à pessoa dependendo de seu sexo. (FRANCHINI, 2017, *s.p.*)

Também foram ganhando espaço discussões acerca do papel da pornografia e da prostituição nas relações entre homens e mulheres em qualquer âmbito, até onde assuntos como estes influenciavam no tratamento das mulheres em ambientes de convívio social diário. Qual a fonte criadora da ideia de normalização da exploração do corpo feminino, de sua existência propriamente dita? A exploração dentro de casamentos, no trabalho, nas relações familiares tem uma raiz e esta raiz é discutida dentro desta vertente do feminismo. A autora também foca na necessidade de abordagem de assuntos muito importantes quando fala sobre

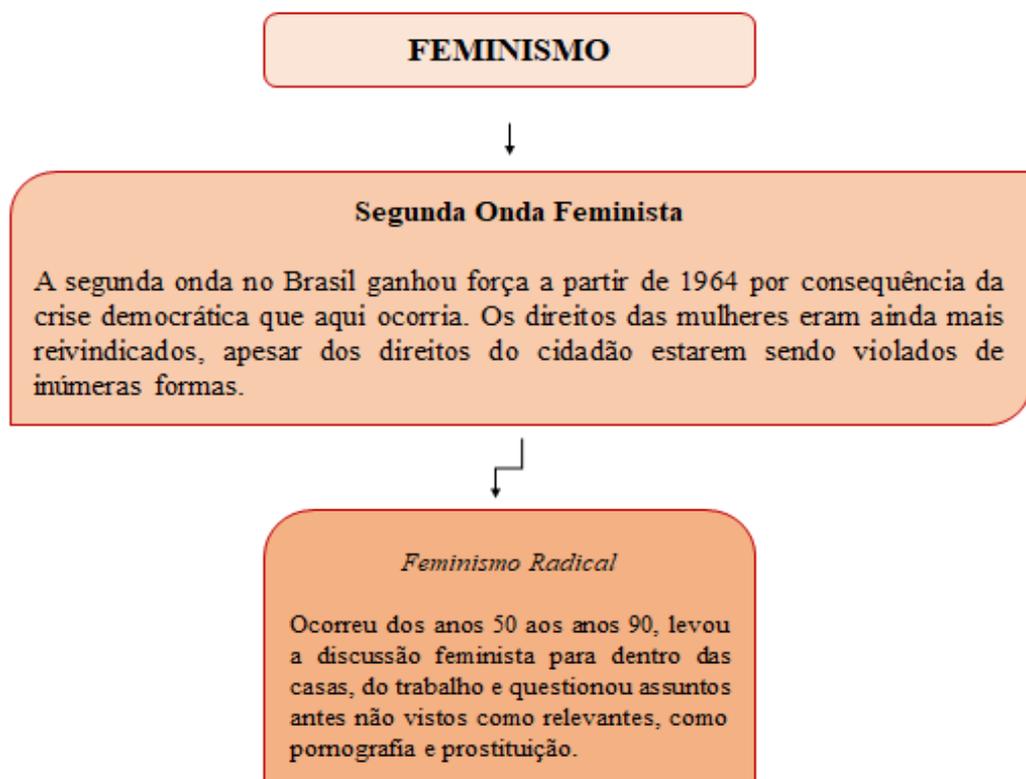
Audre Lorde e de Adrienne Rich sobre a lesbianidade e sobre como a heterossexualidade foi moldada para ser um sistema de opressão das mulheres para perpetuar o poder social masculino nas esferas de classe e raça também. (FRANCHINI, 2017, *s.p.*)

Outras autoras, como Patricia Collins e Dorothy Smith, citadas também por Franchini (2017), iniciam então uma discussão sobre a visão da mulher em relação à assuntos que abordam a vida das mulheres, pois, até então, todo direito feminino era pautado numa visão masculina das situações, o que não influenciava de forma positiva uma libertação feminina do patriarcado vigente.

A partir desta onda começaram as separações de identidades das próprias mulheres dentro do movimento: mulheres lésbicas falando sobre lesbianidade, mulheres negras falando sobre como é ser negra na sociedade da época, quais suas dificuldades, onde estariam seus lugares de fala e até onde essas eram realmente ouvidas pelo feminismo onde mulheres brancas coordenavam resoluções de situações que elas não enfrentavam simplesmente por não estarem naquela categoria de análise.

O movimento feminista conquistou espaços maiores no Brasil a partir de 1964. O golpe de Estado sofrido pelo povo brasileiro fez emergir inúmeros movimentos sociais que lutavam por direitos iguais, dentre eles o movimento feminista. Este assunto será tratado de forma mais profunda adiante, entretanto, é apresentado um mapa teórico breve do feminismo no Brasil.

Abaixo é demonstrado um mapa teórico do feminismo em sua segunda onda com foco no Brasil.



1.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA

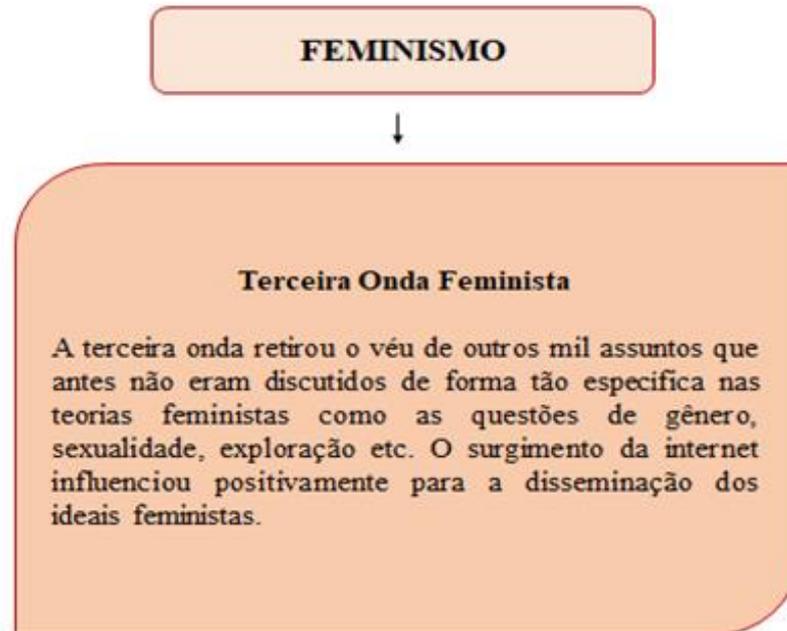
O início desta terceira vertente feminista veio carregada de assuntos pontuais como “...estupro, o patriarcado, a sexualidade, e o empoderamento feminino” (FRANCHINI, B. S., 2017). Pode-se afirmar que a modernidade trouxe problemáticas que antes não eram exploradas para dentro do movimento, inspirou uma necessidade de discussões mais bem localizadas em assuntos soltos. A trajetória do feminismo foi pontual, libertando mulheres, abrindo seus olhos e separando problemáticas não antes trabalhadas para frente do movimento. Um trabalho que antes era feito nas ruas, em jornais impressos, dentro de suas casas começou a migrar também para os canais de comunicação via internet, principalmente as redes sociais.

Basicamente, nesta terceira onda, viu-se uma adoção da ideia de feminilidade, uma aceitação por parte das mulheres dos traços considerados femininos, como salto alto, batom, maquiagem etc. Ao invés de serem entendidos como símbolos de opressão, a maioria das mulheres presentes no movimento passaram a empoderar o “ser” feminino. Iniciou-se então um processo de liberdade de escolha para mulheres que queriam ou não aceitar o salto alto, por exemplo. O que antes era considerado como uma prisão para toda e qualquer mulher, é adotado como libertador durante a terceira onda, a partir da aceitação de cada mulher, da liberdade de escolha de usar ou não uma determinada vestimenta, de adotar ou não um determinado comportamento perante a sociedade.

Também é importante mencionar o que Franchini (2017) aborda em seu artigo sobre o surgimento e a importância da teoria *queer* a partir da obra de Judith Butler *Problemas de Gênero*, de 1990, que trata do gênero como algo performático, ou seja, varia de indivíduo para indivíduo, dependendo de sua vivência. A teoria *queer* abrange outras questões também muito importantes que avançam um pouco mais fundo no questionamento do que é o gênero e como ele é utilizado por cada pessoa, se independe de sexo, se uma determinada vivência padroniza escolhas futuras de uma pessoa, entre outras questões.

Vê-se então que o(s) feminismo(s) abrange muito mais do que apenas a luta das mulheres nos âmbitos públicos e privados, mas, a partir de um tempo, passou a abarcar quase todas as minorias e desenvolver análises que tentassem explicar de forma científica e social como e por que aquele grupo de pessoas era tratado de tal forma. Esse aglomerado de categorias de análise fez com que o(s) movimento(s) feminista(s) ganhasse espaço no sistema internacional, principalmente a partir de 1975, quando a Organização das Nações Unidas declarou aquele ano como o Ano Internacional da Mulher (SARTI, 2004, p. 36).

Mapa teórico de autoria própria demonstrando o feminismo em sua terceira onda.



FONTE: autoral.

1.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O GÊNERO E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL

O feminismo discute de que forma são construídas as identidades entendidas como femininas e masculinas, quem impõe estes padrões e por que são abertamente aceitos. Desta forma, cita-se mais uma vez, um trecho da obra de Monte, onde a autora trata deste assunto demonstrando que

[...] quando pensamos na diferenciação entre masculino e feminino não como resultado da biologia, mas como um sistema de símbolos sociais definidores do masculino ou feminino, passamos a entender que são estes símbolos, socialmente interpretados como decorrentes dos sexos biológicos, que impelem os indivíduos a se comportarem de maneira socialmente entendida como condizente com sua anatomia. (MONTE, 2013, p. 69).

Desta forma, as atitudes adotadas por uma pessoa, seja ela homem ou mulher, serão julgadas a partir destes padrões e não de que forma aquele comportamento pode ser útil ou não na conclusão de uma determinada situação. Este julgamento é feito a partir de uma identidade que vê o diferente ou fora de seus padrões como “o outro”. Pode-se afirmar, então, que é feito em âmbito nacional e internacional, seja com uma professora, uma aluna ou até mesmo a presidente da república. Para haver uma identidade “superior” a outras dentro de um território

é necessário que haja normas, criadas por “múltiplos centros de autoridade”⁷, e que legitimem pensamentos, discursos e ações (ABDELAL; HERRERA; JOHNSTON; MCDERMOTT, 2006, p. 697, tradução nossa). Essas autoridades atuam dentro e fora da vida social de um indivíduo, podem vir de um pai, avô ou até mesmo uma figura política. As normas encarnam a personalidade do indivíduo, opiniões e definições do “outro” que antes poderiam passar despercebidas ou nem existir, entende-se então, que as personalidades são construídas constantemente a partir da vida pessoal e política.

As relações de gênero em todos os seus aspectos podem se dar de forma justa para ambos ou de forma a excluir, destituir e/ou silenciar outro. As relações de gênero podem ser tradicionalizadas, ou seja, assimétricas, verticalizadas e hierárquicas, em que o homem domina e a mulher é subalternizada, ou, ainda, podem ser “destradionalizadas”, em que predominam relações mais horizontalizadas, simétricas, democráticas e igualitárias entre os gêneros (PANKE, 2016, *s.p.*).

O feminismo em sua totalidade não determina apenas uma visão imutável de verdade, são inúmeras vertentes, logo, inúmeras formas de observar a realidade, mas a que melhor se encaixa neste contexto é o que Monte (2013) mencionou como “a construção política dos gêneros”, que implica em uma supervalorização de características e tomadas de decisão vistas como “masculinas”, “[...] fazendo com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens [...], tenham maior prestígio” (MONTE, 2013, p. 70). Sendo assim, toda e qualquer característica feminina percebida em um discurso ou ação é deslegitimado, principalmente aquelas ações/discursos em que a mulher demonstra muita emoção – ira, indignação. A ideia da mulher na política vindo atrás do homem sempre foi legitimada e encarada como normal, mesmo ideias que era advinda de mulheres, ao final, os créditos pelo êxito de determinada ação era dada ao homem.

As discussões de gênero são vistas com estranheza pela maioria da população brasileira, principalmente os mais religiosos. O próprio estudo dos gêneros é encarado como uma ideologia por parte da sociedade e como mencionado no Boletim Observa Gênero, edição nº 51 de 2016, esse pensamento constrói uma base sólida para “[...] desqualificar o conceito de gênero enquanto categoria de análise das relações sociais” (BOLETIM OBSERVA GÊNERO, 2016, *s.p.*).

⁷ Trecho original: [...] *the normative content of an identity derives from a set of social norms emanating from multiple centers of authority. Norms can thus be unwritten or codified - in other words, social or legal - as long as they appear to mean meanings and establish collective expectations for group members* (ABDELAL; HERRERA; JOHNSTON; MCDERMOTT, 2006, p. 697)

1.4.1 Os Lugares Atribuídos a Cada Gênero

Nas camadas religiosas há argumentos advindos do divino que justificam a opressão sofrida pelas mulheres, enquanto que na ciência há uma resposta biológica para tal, entretanto os estudos de gênero e o feminismo demonstram com clareza a questão principal que é cultural, ou seja, toda a coerção foi construída ao longo do tempo e perdura até então, mas há possibilidades infinitas de mudança. Líderes de Estado, advogados, diplomatas, empresários, cientistas; todas essas palavras são automaticamente levadas ao “campo” masculino pela mente de quem as lê, confirmando que as categorias e cargos de poder foram – e são – ocupados majoritariamente por homens, em todas as esferas. É interessante observar uma consideração de Monte (2013, p. 71), onde a autora cita Tickner para explicar como essa “masculinização” dos cargos de poder prejudica ambos os gêneros

Segundo J. Ann Tickner, normas de masculinidade estão presente na definição das identidades e, conseqüentemente, dos comportamentos estatais. Para ela, o conceito de masculinidade hegemônica, referente a certas “ideologias de virilidade”, tem muito a explicar sobre decisões em política externa. A masculinidade hegemônica é “um tipo ideal de masculinidade, repleto das características tidas como masculinas, mas às quais poucos homens de fato se conformam”. (TICKNER, 2001, p. 15 *apud* MONTE, 2013, p. 71) Estamos falando das características do modelo ocidental de masculinidade baseado na agressão, competitividade, afirmação da autonomia.

Na América Latina, por exemplo, apenas seis países contaram com presidentes mulheres eleitas por voto popular, incluindo o Brasil, mas até onde essa “inclusão”, que Tickner (2001 *apud* MONTE, 2013) discorda ter acontecido, pois para ela “[...] as mulheres sempre estiveram inclusas no campo, mas encobertas pelas lentes usadas para estudá-lo” (MONTE, 2013, p. 78), realmente influenciou para a mudança de visão sobre o que é considerado como feminino? Monte (2013) explica que

A progressiva, ainda que tímida, inclusão de mulheres nas altas esferas decisórias, nas últimas décadas, demonstra que a presença delas nesses espaços não implica necessariamente uma alteração dos comportamentos estatais. Como apontam Peterson e Runyan, é comum que mulheres em posições de poder adotem uma atitude masculinizada para se adaptar melhor às demandas do contexto da alta política, o que apenas reforça a ideia de que gênero não é apenas um atributo pessoal, mas também de instituições. Logo, a questão seria incluir um diferente ponto de vista, e não apenas mulheres. (MONTE, 2013, *s.p.*)

A inclusão de novos padrões de pensamentos que abram espaço para o gênero feminino em esferas que antes eram entendidas como exclusivas do masculino só é possível com uma reforma estrutural que abarque novos paradigmas.

1.4.2 O Feminismo no Brasil

Sarti (2004) trabalha com o “início”⁸ do feminismo no Brasil, que se instaurou a partir de 1970 em contraponto à ditadura militar de 1964. O artigo da autora é de extrema importância para entender também parte da formação identitária brasileira a partir daquele momento e como esse tipo de pensamento influencia a política do Brasil até hoje. Se pode afirmar então que há uma influência profunda da formação cultural e social de uma sociedade em suas decisões e preferências políticas, ou seja, para quem irá seu voto nas eleições.

A tentativa de inclusão de mulheres nos campos políticos vem desde o feminismo liberal que lutava pelo direito ao voto. No Brasil o feminismo – as mulheres – caminhou de forma corajosa, enfrentando inúmeros obstáculos assim como no resto do planeta para garantir as mulheres seu lugar por direito. Figueiredo (1988) faz uma consideração muito importante

[...] o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã. (FIGUEIREDO, 1988, p. 32)

A entrada de uma mulher como presidente da república do Brasil causou muitas reviravoltas nas relações dentro do Estado, ou seja, sociedade e atores estatais. As mulheres se viram mais bem representadas, em sua maioria, causando uma ascensão na luta por direitos básicos. De acordo com Fagundez e Mendonça (2016) em artigo publicado pela BBC Brasil, houve “[...] avanços na questão do combate à violência doméstica, da representatividade na política e da independência financeira da mulher”, mas se avalia também alguns campos que foram “esquecidos” pelo governo da ex-presidente durante seu mandato como questões de direitos reprodutivos e diversidade sexual, também trabalhados no artigo da BBC Brasil que será muito citado adiante.

Há possibilidade de se fazer política de forma democrática sem a participação das mulheres? De acordo com Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres

[a] democracia não se completa sem a participação real das mulheres. Mulheres e homens, no exercício da liderança política, devem estar comprometidos com a plataforma de direitos das mulheres entre as grandes prioridades políticas. (FAGUNDEZ e MENDONÇA. BBC Brasil, 2016, *s.p.*)

⁸ O feminismo já existia em outras partes do planeta e no Brasil, entretanto, só há reconhecimento do movimento no país a partir da década de 1970.

Gasman expõe um viés importante na discussão sobre representatividade feminina e ação para garantia dos direitos das mulheres, realmente não há política e muito menos democracia sem a participação de todos e todas. O governo Dilma fez história no quesito nomeação de mulheres para os ministérios, mais de quinze mulheres ocupavam cargos importantes.

Outro aspecto importante de evolução na emancipação de mulheres do governo Dilma foi a crescente adição de mulheres ao mercado formal de trabalho, principalmente mulheres negras. Há uma necessidade de se falar sobre a importância de empregos formais, ou seja, de carteira assinada para mulheres. Na matéria citada acima da BBC Brasil há um trecho de Jacira Melo onde ela explica que é mais viável que uma mulher tenha a titularidade dos benefícios fornecidos pelo governo para as famílias, como por exemplo o Bolsa Família, pois como citado “[...] O parceiro, quando tem a titularidade, pode passar para frente o Bolsa Família, gastar com outras coisas; a mulher não”.

A representatividade de Dilma Rousseff como presidente da república influenciou para que outras meninas e mulheres se vissem em cargos tão importantes, que anteriormente somente homens ocupavam cargos do tipo e isso apagava a ideia de mudança neste quesito do pensamento das mulheres. Algumas mais ousadas poderiam até cogitar tal ato, entretanto parecia estar mais distante que uma mudança deste patamar ocorresse, com a posse de Rousseff a mudança aconteceu trazendo para perto um desejo de muitas mulheres que desejavam e desejam ocupar cargos políticos para promover mudanças necessárias no fazer político brasileiro.

No próximo capítulo é realizada um breve levantamento do movimento feminista no Brasil durante o regime militar (1964-1985), com maior enfoque na atuação dos movimentos feministas e buscando constatar ou não se os mesmos conseguiram desempenhar um papel influente nos desenvolvimentos da crise democrática brasileira. Logo após, o estudo analisa um recorte teórico que se inicia nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva até o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, com o intuito de demonstrar a possível evolução das políticas sociais de ambos os governos, focando mais uma vez no espaço que as mulheres conquistaram durante esse processo.

Parte-se da premissa de que a eleição de uma mulher para o cargo de presidente da república ocorreu em um país marcado por números assustadores de casos de feminicídio (por

hora, dia, mês, ano...), onde pouquíssimas mulheres possuem empregos formais⁹, como o explicado acima. Essa constatação coloca a seguinte pergunta fundamental: de que maneira esse contexto cultural e social marcado pela repressão à mulher culminou em uma corrida presidencial que abriu espaço para que Rousseff chegasse à presidência da república?

⁹ Em parágrafos anteriores demonstra-se como o governo Dilma fez crescer o número de mulheres em todos os âmbitos da sociedade, o fator é citado novamente apenas para construir uma introdução ao processo histórico que será analisado no próximo capítulo. Volta-se o pensamento para o Brasil de 1964 para então explicar como se desembaraçou o feminismo brasileiro dando voz à uma mulher para presidente da república.

II. DO LULISMO AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL

Este capítulo é dedicado ao estudo e articulação de dois processos históricos paralelos: por um lado, apresenta-se um breve apanhado de acontecimentos importantes da história política do Brasil e, por outro, apresenta-se um retrospecto dos desenvolvimentos do feminismo brasileiro. Embora o recorte histórico específico do estudo não cubra os períodos pré ditadura militar e o período posterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff, os mesmos são citados no sentido de contextualizar a série de eventos relacionados ao predito recorte. Em um segundo momento, apresentar-se-á uma articulação histórico-política voltada à trajetória de Dilma Rousseff na política brasileira.

2.1 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER DURANTE O GOLPE MILITAR DE 1964

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, uma vez que o mesmo surge no contexto das ideias transformadoras iluministas das Revoluções Francesa e Estadunidense, processos históricos formalmente comprometidos com os direitos sociais e políticos dos cidadãos. Esse alvorecer mobilizou mulheres de muitos países da Europa, Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu elo unificador a luta sufragista feminina (TIMOTEO, 2013).

O feminismo chegou ao Brasil em meados de 1930, quando foi aprovado o voto feminino, esse evento fez com que milhares de mulheres alçassem voos mais altos – para a época – como a liberdade financeira, igualdade salarial, entre outros. Entretanto, em 1964, houve um golpe militar que durou mais de 20 anos silenciando de forma drástica quaisquer movimentos sociais no país (TIMOTEO, 2013). O movimento não parou, mas também não evoluiu naquele tempo. Essa repressão do movimento ocorreu justamente pela crise democrática que o povo brasileiro enfrentava, entretanto, apesar da repressão, muitos grupos organizavam protestos, cantoras e cantores compunham músicas sobre o golpe, entre outros fatores que ajudavam o movimento a não estagnar totalmente. Todas as minorias estavam sendo perseguidas por militares que participavam e nutriam a ditadura, nas ruas, em casa ou em qualquer lugar que desejassem.

2.1.1 A Primeira Onda Feminista no Brasil

Não seria preciso grande esforço de leitura para constatar que a maioria das ditaduras – senão todas – são protagonizadas por homens, tanto em âmbito governamental quanto no militar. Um argumento complementar é que se pode afirmar, sem risco de equívoco, que não houve, no âmbito das ditaduras modernas, “ditadoras” ou mesmo torturadoras. Um regime autoritário tenta, da mesma forma, controlar de todos os tipos de movimentos sociais. O movimento feminista brasileiro, nesse sentido, lutou ao lado de outros movimentos sociais, unindo forças para garantir um mínimo de direitos.

Assim como em outros países, a primeira onda feminista chegou ao Brasil no século XIX, tendo como primeira reivindicação a emancipação feminina pelo direito ao voto. O ideal da luta feminista por direitos iguais foi fomentado inicialmente pela Revolução Industrial (1760–1820/1840) ocorrida na Inglaterra — o início das jornadas de trabalho externas para mulheres é a principal causa — paralelamente a Revolução Francesa (1789-1799), ocorrida em Paris, uma revolta política e social que deu origem à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)¹⁰. O direito ao voto foi conquistado pelas mulheres brasileiras em 1934 no governo Vargas.

2.1.2 A Segunda Onda Feminista no Brasil

Apesar do autoritarismo e da repressão dos regimes militares o feminismo iniciou sua segunda onda no Brasil na década de 1970. Mesmo com todas as problemáticas que o país enfrentava. Esse autoritarismo fez com que inúmeros grupos fossem caçados, principalmente aqueles que eram contra o regime.

2.2 AS FORMAS DA TORTURA: A DIFERENÇA DA TORTURA FEMININA

Durante o golpe militar inúmeras formas de tortura eram empregadas para conseguir informações de pessoas que participavam da luta armada. Havia mais de cem formas de “conseguir informações”¹¹ de presos políticos, todas essas eram ensinadas por militares estadunidenses e franceses e praticadas em delegacias de polícia, quartéis, presídios etc.

¹⁰ Para ler a declaração completa acessar <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>

¹¹ Os militares nunca mencionavam a tortura de forma clara, o método utilizados por eles para indiciar a tortura era “retirar” ou “conseguir informações”

Linha do tempo: os agentes da tortura (1964-1985)

Politize! Conteúdos ricos, divertidos e gratuitos sobre política, formando cidadãos mais conscientes e capazes de mudar o Brasil. Acesse e contribua em: www.politize.com.br

LINHA DO TEMPO: OS AGENTES DA TORTURA (1964 - 1985)

O RELATÓRIO FINAL

Após o período de investigação de documentos, entrevistas de torturados e agentes públicos, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) constatou que: “é possível perceber que a disseminação da tortura pelos órgãos de informação e controle é uma das características mais marcantes do regime militar brasileiro”.

Na CNV, os agentes foram:



PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES

O Departamento de Ordem Política e Social reprime movimentos políticos e sociais contrários no regime.

Em 1968, o Centro de Informações da Marinha repree a luta armada de organizações que tentavam derrubar o regime vigente.

Tomada de poder pelos militares. Fase de autoritarismo (1964-1974).

O Serviço Nacional de Informações coordena informações e contra informações no Brasil e exterior.

DOPS

1924

CENIMAR

1957

GOLPE

1964

SNI

1964

1971

EsNI

A Escola Nacional de Informações forma os agentes para a inteligência brasileira durante a ditadura.

1970

DOI-CODI

DOI é responsável pelas ações de busca, apreensão e interrogatório. O CODI é submetido ao Exército no combate a ameaças.

1970

CISA

Responsável pelas informações e contra informações da segurança da Aeronáutica.

1967

CIE

Centro de Informações do Exército propõe censuras ao que for considerado subversivo, indicando para tortura.

Fontes: <http://memoriasdaditadura.org.br/mapas-da-ditadura/>
<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/cenimar/>

¹² Para ler a matéria completa acessar < <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/como-a-tortura-foi-usada-durante-a-ditadura-militar-no-brasil/>>

Um ponto particularmente grave e importante para os objetivos desse estudo é a observação de que esses regimes, marcados pelo uso da violência e da tortura contra seus presos políticos, reservava um “método” de tortura específico para cada gênero: masculino e feminino. Sarti demonstra que

[...] as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina (SARTI, 1998, p.02 *apud* TIMOTEO, 2013, p. 95)

O apelo para o emocional, no caso citado acima, os filhos, diz muito sobre como a mulher é vista perante a sociedade, a forma como a violência sexual é empregada muito mais fortemente com o gênero feminino do que com o masculino.

2.2.1 Pau-de-Arara

Utilizada desde os tempos da escravidão no Brasil, esta forma de tortura era composta por uma barra de ferro atravessada entre os joelhos e os punhos, ambos amarrados e colocados a 20 (vinte) centímetros do chão.

Apesar de ser uma forma de tortura utilizada com homens e mulheres, o pau-de-arara era “adaptado” para mulheres. Os torturadores introduziam fios desencapados ainda conectados a uma fonte de energia, ratos, cabos de vassoura, entre outros. Em alguns casos a mulher que estava sendo torturada era estuprada por todos os torturadores que adentravam a sala. A lista de “ideias” é gigantesca assim como o trauma.

2.2.2 Estupros

O estupro era comum para com as presas políticas. As torturas duravam horas ou até dias e neste tempo cada torturador abusava sexualmente de mulheres presas pela ditadura. Em documento desenvolvido pela Igreja Católica esta forma da tortura é mencionada como “estupro e cuspes”.

Por consequência dos estupros ocorridos várias vezes por militares diferentes, algumas mulheres acabavam engravidando. Algumas tinham aborto espontâneo, outras eram obrigadas a abortar e raras vezes a gestação seguia pelos nove meses até o nascimento do bebê.

2.2.3 Sequestros de pessoas próximas

Era muito comum os filhos e filhas das presas políticas assistirem as torturas da própria mãe. Muitas vezes os militares ameaçavam dar choques e pontapés em crianças/bebês para obter alguma informação.

Dilma Rousseff, militante política à época, foi torturada durante a ditadura militar. Em muitas entrevistas a ex-presidente demonstra em seu olhar as marcas deixadas pela tortura: “Tortura é dor e morte, eles querem que você perca a dignidade” (LEMOS, Brasil de Fato, 2020). Rousseff foi presa em janeiro de 1970 pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa (DOI-CODI) em São Paulo.

Figura 1 - Dilma Rousseff durante auditoria militar do Rio de Janeiro, em 1970.



Foto: Arquivo Nacional da Comissão da Verdade¹³. A imagem de fato lança luz sobre retrata muito bem o que foi a ditadura militar para as mulheres. Uma jovem – Dilma Rousseff tinha menos de 25 anos quando foi presa – sendo julgada por militares que escondem seus rostos para não serem reconhecidos através de uma fotografia.

2.3 O “SILÊNCIO” FEMININO

O ato de tortura para com as mulheres é feito de forma diferente e relatos de presas políticas demonstram bem isto. Margareth Raggio, professora universitária na Unicamp, trata da forma como as mulheres são levadas a se calar perante as torturas que sofreram, enquanto homens falam abertamente sobre o que passaram antes e depois de serem pegos pelos militares, passando pelo registro de presos políticos. Raggio comenta que

¹³ Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>> Acesso em 23 de maio de 2020.

[...] é difícil falar da dor e do sofrimento no caso das mulheres. Quando um homem conta suas dores, seus problemas na prisão, por exemplo, quando se lê o livro do Flávio Tavares, é tudo muito doloroso, mas ele pode falar. Quando uma mulher vai escrever um livro dizendo como foi estuprada na prisão, é uma questão muito delicada, muito dolorosa. (RAGGO, Margareth, 2009, s.p.)

Raggo demonstra também que, historicamente, as mulheres são ensinadas a se calar, então, acabam por “bordar”¹⁴ suas dores ao invés de tornar público o que sofreram – e sofrem. Há algo de muito importante a se questionar nesse contexto: por que as mulheres não podem falar sobre as torturas que vivenciaram? Para Glenda Mezarobba, coordenadora do grupo de trabalho “Ditadura e Gênero” da Comissão Nacional da Verdade, as violações contra mulheres durante o regime são “o aspecto menos conhecido e mais negado da ditadura militar” (BRUNO, 2018, s.p.). É cabível observar então que há a intensão de suprimir a verdade: por um lado, há os que estão cientes e decidem não falar sobre o assunto — para “manter as aparências” —, por outro, o silêncio de centenas de mulheres que preferem não ir contra uma sociedade cuja a violência contra a mulher, mesmo que cada vez mais percebida pela sociedade em geral, ainda é feita por homens. Esta omissão da verdade ocorre não só na tentativa de esconder a realidade do que foi a ditadura militar ocorrida no Brasil, mas também demonstra uma das inúmeras comprovações de disparidade entre os gêneros. Esta disparidade, neste caso, é demonstrada pelo acolhimento da dor masculina e um desdém e/ou omissão para com a dor feminina.

É necessário contestar de onde vem a necessidade de calar alguns grupos, de passar de geração em geração uma inverdade que prejudica e diminui outros grupos. A maioria das pessoas das gerações pós 1964, ou seja, aquelas que não a viveram de fato a ditadura – ou até alguns que a viveram, mas que se negam a enxergar a realidade exterior a de seu universo particular –, não obteve acesso ao que realmente aconteceu.

Por um lado, há uma omissão por parte das pessoas que sofreram fortemente com o regime, pois boa parte não expõe o que sofreu. É possível confirmar isso ao assistir o documentário *Torre das Donzelas*¹⁵, onde as protagonistas revelam ter contado a seus filhos e filhas sobre o que passaram recentemente, quase cinquenta anos após o regime. Por outro lado, não se trata dessa questão de forma clara em livros didáticos de nível fundamental. De acordo com Miriam H. de Sá Motta, professora de história da UFMG, “A temática da ditadura militar é muito pouco trabalhada na educação básica hoje no Brasil. Talvez por uma questão de tradição

¹⁴ Este termo é utilizado pois, em sentido figurado, significa enfeitar, imaginar e maquiar uma história ou situação.

¹⁵ Torre das Donzelas, nome dado a penitenciária feminina do Presídio Tiradentes, é um documentário que reúne Dilma Rousseff, Guida Amaral, entre outras mulheres que relatam sua passagem pelo presídio durante a ditadura militar brasileira. O documentário foi lançado em 2018, é dirigido por Susanna Lira e Tito Gomes e está disponível no Globo Play Set.

escolar: o professor acaba se ocupando mais de temáticas consagradas [...]” (MOTTA, 2014). Pode-se afirmar que há uma sobreposição do ensino para assuntos vistos como “mais importantes”. Este costume foi herdado, inclusive, da ditadura militar, mais especificamente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)¹⁶. É de extrema importância que na educação básica de uma nação os indivíduos estudem a história de seu país por completo, sem mascarar isso ou aquilo. Michael Pollak (1989) explica que

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 8)

Compreende-se então que essa omissão nada mais é do que parte da tentativa frustrada de uma maioria social¹⁷ em abafar os horrores ocorridos no Golpe Militar de 1964. Muitas pessoas sofreram horrores absurdos naquele período, esconder essa verdade e acobertar os culpados é um desrespeito a nível pessoal e público, além de ser um crime para com os Direitos Humanos.

2.3.1 A Torre das Donzelas

A Torre das Donzelas foi um conjunto de celas femininas no Presídio Tiradentes, em São Paulo, durante o período da ditadura militar brasileira. O presídio continha presos de todos os tipos, entretanto, a Torre das Donzelas era conhecida por abrigar, em sua maioria, presas políticas, incluindo a ex-presidente Dilma Rousseff. A importância de reprodução da história da Torre levou Susanna Lira e Tito Gomes a produzirem um documentário unindo relatos de boa parte das mulheres presas naquele local. Esse documentário é a principal fonte de referências usada nesta sessão da pesquisa, pela razão da mesma registrar de forma detalhada, a partir das próprias mulheres que viveram no local por meses, ou mesmo anos, o que se passou nessas celas.

O Presídio Tiradentes era conhecido como o “paraíso” das presas e presos políticos, pois, quando os mesmos eram enviados para lá, isso significava que seriam registrados (as) no cartório e voltariam a “existir”. Guida Amaral, uma das presas políticas da Torre e participante do documentário citado acima, explica que este alívio ao ser registrada ocorria porque após ser

¹⁶ O Mobral foi um movimento criado pelos militares em contraponto ao método freiriano de ensino, desenvolvido por João Goulart e Paulo Freire. A eles bastava que se ensinasse a ler, escrever e a realizar as operações matemáticas básicas. Isso era suficiente para engordar as estatísticas da ditadura. (MEMÓRIAS DA DITADURA, [200-?]).

¹⁷ Aqui “maioria” não se refere a quantidade, mas ao poder político e econômico do grupo na sociedade.

pega pelos militares – provavelmente por ter sido entregue por algum companheiro ou companheira durante as torturas –, os militares a levavam para o centro de operações¹⁸ para interrogatórios seguidos de tortura. Durante os interrogatórios (sessões de tortura), os presos e presas políticas não estavam registrados em lugar nenhum, logo, constavam como desaparecidos durante aquele período, “sumiam do mapa” até que fossem levados para um presídio convencional.

As mulheres pegas por militares também eram torturadas e depois levadas para a Torre das ‘Donzelas’ – termo criticado pelas próprias mulheres durante o documentário. Dilma Rousseff cita que “[...] a tortura feminina devia ser adaptada aos preconceitos que eles tinham”, é notável a crítica ao sexismo e ao machismo presentes nos momentos de tortura que sempre eram feitas por torturadores e nunca torturadoras, como apontado também por Rousseff.

Outro aspecto importante a ser observado a respeito do “lugar” das mulheres durante a ditadura militar brasileira é que até mesmo dentro dos grupos de militantes as mulheres precisam provar que eram boas o suficiente para algumas atividades. Algumas mulheres optavam por andar sempre armadas para que seus companheiros não lhe desrespeitassem e/ou vissem que elas conseguiam lutar por direitos tanto quanto eles.

Dentro da torre as mulheres se uniram e desenvolveram um sentimento mútuo para se salvarem pouco a pouco de tudo o que sofreram. Todas as mulheres que participaram do documentário demonstram ter um vínculo equiparado ao que tinham com seus familiares com suas companheiras de cela. É mencionado também que em dado momento uma bióloga que estava na torre perguntou às suas companheiras se já haviam observado suas partes íntimas, ou seja, se conheciam a si mesmas. Todas responderam que não e então, com um espelho pequeno, cada uma se observou por um tempo para que pudesse se conhecer. Este trecho é relatado por elas como uma parte do que foi a emancipação feminina que desenvolveram ali dentro.

2.4 SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHERES (SPM): DESAFIOS E MUDANÇAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Nesta seção será feito um breve apanhado das políticas públicas para igualdade de gênero desde a criação da Secretária de Políticas para Mulheres (SPM). Criada em 2003 por Lula, a SPM pretendia (e pretende) “[...] promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal

¹⁸ Os mais conhecidos são Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

e excludente.” (GOVERNO FEDERAL, [2013?]). Serão apresentados, da mesma forma, dados retirados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), especificamente as sessões de “Políticas Sociais” e “Igualdade de Gênero” (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, *in*: IPEA, 2012) no sentido a cobrir, mesmo que panoramicamente, os avanços das políticas implementadas, assim como os desafios enfrentados para a manutenção dessas políticas.

2.4.1 Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro

As políticas implementadas pelo Ministério do Trabalho (MTE) não atendiam a todas as pessoas da sociedade, principalmente as mulheres (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, *in*: IPEA, 2012). A ausência de recorte de gênero nestas políticas foi o que fomentou, em grande medida, a criação da SPM no ano de 2003. A consolidação da SPM possibilitou um avanço governamental no campo do combate e/ou diminuição da violência para com a mulher. Esse enfrentamento foi possível a partir do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Entretanto, as fontes analisadas pela presente pesquisa revelam que, dentro do recorte histórico analisado, não houve evolução no campo da autonomia econômica, social, cultural ou política da mulher na sociedade brasileira. O enfrentamento da violência contra a mulher foi o principal alvo percebido pela secretaria.

Em 2005 criou-se o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), reformulado em 2018 para melhor atender as demandas das empreendedoras e empreendedores. Este programa registrou em 2010 que “[...] 65% das operações de microcrédito concedidas e 62% do valor total repassado, ou R\$ 1,8 milhão, foram direcionados para as mulheres” (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, p. 389, *in*: IPEA, 2012). Entretanto, observou-se que apesar de ser um ponto positivo para a autonomia da mulher na sociedade, essa concessão de crédito ocorreu por consequência de estereótipos de gênero. Neste caso, há a ideia de que mulheres são mais cuidadosas com as finanças e melhores pagadoras pois implementam tudo em prol do cuidado familiar. É interessante observar os avanços por vieses diferentes: de um lado há uma pequena mudança no papel da mulher na sociedade, fornecendo uma ideia de independência financeira; por outro lado, observa-se um pré-conceito em relação aos gastos e/ou investimentos financeiros das mulheres, enxergando as mesmas com a perspectiva da mulher-mãe e/ou esposa e não com uma perspectiva independente de construção de carreira, entre outros. Essa noção patriarcal acerca do lugar da mulher na administração financeira da família é bem simbolizada na declaração de ex-presidente Michel Temer que, em seu discurso para o Dia Internacional da Mulher, no ano de 2017, fez considerações absurdas sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. O site de notícias G1

reservou uma matéria para o ocorrido e citou inúmeras frases do ex-presidente em que o mesmo demonstra claramente um pensamento patriarcal. Falando sobre a participação da mulher na economia brasileira, Michel Temer proferiu que “[...] a mulher também tem ‘grande participação’, porque ‘ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preços no supermercado do que a mulher’” (G1, 2017, *s.p.*). Em outra colocação o ex-presidente também citou que “[e]u tenho a absoluta convicção, até por formação familiar, por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o quanto faz pelos filhos” (G1, 2017, *s.p.*). Em ambas as frases Temer demonstra o que foi citado acima sobre a visão da sociedade brasileira no que inclui mulheres e economia.

O discurso de um chefe de Estado (neste caso, ex-presidente da república) carrega consigo o discurso de toda uma nação, afinal é o povo que decide quem governa. Com isso, se pode afirmar que a sociedade brasileira em sua maioria percebe e dignifica a mulher-mãe/esposa e tudo que a envolve precisa ser em prol da família. As atitudes de uma mulher no que envolve seu financeiro não são apenas direcionadas a família. Existem mulheres que escolhem não ter filhas (os), mulheres que não escolhem se casar e formar uma família. Essas mesmas mulheres são julgadas como as que “vão ficar para a titia”, ou seja, uma mulher fazendo as mesmas escolhas que muitos homens fazem é vista como “desperdiçada”, enquanto o homem é visto como independente e inteligente. Ademais, em países com maior consciência acerca dos novos papéis familiares desempenhados por mulheres e homens, a exemplo da Alemanha, nota-se, inclusive, a criação de expressões ocupacionais que antes eram de exclusividade feminina. Um desses exemplos é a palavra alemã *Housemann* (em português, algo como “dono de casa”), que descreve o papel familiar do homem que agora se ocupa de “cuidar” do lar de sua família.

Posteriormente a SPM desenvolveu programas de extrema importância no campo da autonomia da mulher.

A iniciativa mais importante neste campo é o Pró-Equidade de Gênero e Raça, programa de maior fôlego desenvolvido diretamente pela SPM na área da autonomia econômica e trabalho que, em 2010, encerrou sua terceira edição. Criado em 2005, é desenvolvido pela SPM, em parceria com a ONU Mulheres e a OIT, e tem como objetivo estimular o desenvolvimento de “novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional, para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação no acesso, na remuneração, na ascensão e na permanência no emprego” (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, p. 391-392, *in*: IPEA, 2012)

A adesão por parte das empresas do setor público e privado foi de grande significância para a introdução de mulheres no mercado de trabalho, principalmente em cargos de gerência. Em 2010 mais de oitenta organizações públicas e privadas aderiram ao programa e ao final deste mesmo ano mais de cinquenta receberam o selo Pró-Equidade.

É interessante observar esta evolução pois até 2009, 93% das pessoas empregadas a partir do trabalho doméstico remunerado eram mulheres, sendo 61,6% delas mulheres pretas, de acordo com dados do IPEA. A inclusão de todas as mulheres a cargos de gerência e/ou empreendendo em negócios independentes é de suma importância tanto para alcançar a equidade de gênero quanto para o desenvolvimento econômico do país. A população brasileira é composta por 51,6% de mulheres, ou seja, o desenvolvimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres brasileiras é a evolução de mais de cinquenta por cento da população do país.

2.4.2 A Liberdade Da Mulher Brasileira Sobre Seu Próprio Corpo

Outro ponto importante a ser destacado nesta pesquisa é o direito da mulher ao próprio corpo, assunto muito discutido no próprio movimento feminista. O sistema patriarcal não dá abertura para que mulheres sejam livres em muitos campos, mas um dos principais é a escolha sobre ter ou não filhas e filhos. Há uma pressão social para que as mulheres se tornem mães. Uma prova clara desta afirmativa é o fato de as mulheres só poderem optar pela laqueadura¹⁹ quando já se tem filhos. De acordo com a Lei de Planejamento Familiar uma mulher só pode realizar a histerectomia após os 25 anos ou tendo duas filhas (os) vivas. Mulheres casadas ou em uma união estável, o parceiro ou parceira precisa concordar e assinar um documento assegurando que a mulher tem permissão para realizar tal procedimento. No caso da vasectomia, cirurgia realizada em homens que decidem não ter mais filhos, não há nenhum pré-requisito. Não é necessário que a parceira ou parceiro concorde com a cirurgia.

Há uma diferença no poder de decisão sobre seu próprio corpo entre homens e mulheres. O primeiro decide se quer assumir uma filha ou filho, decide se quer ou não ter filhas ou filhos. O segundo precisa da autorização do Estado para decidir se quer ou não continuar uma gravidez e precisa da autorização do parceiro ou parceira para decidir se quer ter mais filhas e filhos e essa decisão só é levada em conta quanto já se tem duas filhas (os) vivas, do contrário não é permitido prosseguir com a cirurgia.

De acordo com dados do Ipea sobre questões de gênero

O aborto provocado no Brasil, devido à sua criminalização, figura na lista das principais causas de mortalidade materna no país. [...] O relatório Saúde Brasil 2009 aponta que o aborto passou, em 2007, de quarta para quinta causa de mortalidade materna (BRASIL, 2009b). O relatório aponta ainda que, desde 2006, as principais causas de morte maternas obstétricas diretas no Brasil foram hipertensão arterial, hemorragias e aborto. Assim, desde os anos de 1990, o aborto induzido realizado de

¹⁹ Cirurgia realizada em mulheres que não querem ter mais filhos. Também chamada de histerectomia.

forma insegura tem-se mantido entre as cinco principais causas de mortalidade materna em várias capitais brasileiras (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, p. 386, *in*: IPEA, 2012)

É interessante observar que, conforme o salientado logo no começo da citação, o fator da criminalização do aborto no Brasil se dá mediante o fato de que os inúmeros casos só são registrados por não haver um método seguro para as mulheres que decidem não prosseguir com a gravidez. Os argumentos dos representantes do Estado para esta criminalização quase sempre vêm carregados de teor religioso. Em artigo publicado no jornal EL PAÍS, Felipe Betim, autor do artigo, comenta sobre a dificuldade imposta pelo conservadorismo da população e de governantes para aplicação de leis que influenciem positivamente na luta contra a mortalidade materna em casos de abortos inseguros. Betim (2018) expõe que

No Brasil, o debate sobre o aborto no Congresso está engessado por uma classe política majoritariamente conservadora que, baseada em uma opinião pública também conservadora, não se atreve a levar adiante projetos de lei. Pelo contrário: em 2015, a bancada evangélica conseguiu aprovar em uma comissão da Câmara o Projeto de Lei 5069/13, de autoria do preso e condenado Eduardo Cunha (MDB), que dificulta o atendimento médico das mulheres vítimas de estupro. Os contrários a interrupção da gravidez se baseiam em questões morais e religiosas e argumentam que vida começa na concepção e que cabe protegê-la. Também dizem que a permissão poderia aumentar o número de aborto —os dados dos países que legalizaram o procedimento mostram justamente o contrário. (BETIM, 2018, *s.p.*)

A ex-presidente Dilma Rousseff era muito questionada sobre o assunto, tanto antes das eleições quanto enquanto eleita. O jornal Folha de S. Paulo separou as palavras de Rousseff ao longo dos anos sobre a questão do aborto. A ex-presidente não se pronunciava exatamente a favor da legalização do aborto, entretanto entendia a necessidade política deste fator. A pressão vinda principalmente da bancada evangélica durante seu governo, entre outros fatores, não possibilitou uma produção ativa de uma política que resolvesse o problema por completo. Abaixo se encontram algumas das declarações de Dilma.

Dilma Rousseff fala sobre questões reprodutivas da mulher

DILMA

Já defendeu o aborto, mas hoje diz tratar-se de saúde pública

2007
“ Acho que tem de haver descriminalização do aborto. No Brasil, é um absurdo que não haja



2009
“ Abortar não é fácil pra mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização

2010
“ Tanto eu quanto o presidente Lula não defendemos o aborto. Defendemos o cumprimento estrito da lei

FONTE: Agência Patrícia Galvão. Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/noticias-politica/dilma-fala-sobre-aborto/>. Acesso em 30 de setembro de 2020

Mesmo não resolvendo de forma concreta o problema da mortalidade pelo aborto inseguro, ou seja, mesmo não tendo oferecido políticas públicas voltadas a essa questão específica, Rousseff desenvolveu projetos importantes para a diminuição destas mortes. Neste caso, é interessante citar a Rede Cegonha, lançada em março de 2011 pelo Ministério da Saúde (MS) e estabelecida pela Portaria nº 1 459.

A nova política constitui-se em um conjunto de medidas para garantir às mulheres o atendimento adequado, seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, p. 374-375, *in*: IPEA, 2012)

O projeto não visou exatamente resolver questões sobre aborto, mas garantir que a gravidez da mulher corresse de forma segura com base no Estado, dentro de suas capacidades. Sendo assim, a Rede Cegonha obteve papel extremamente importante na diminuição da mortalidade materna brasileira, mas não discutiu assunto de total relevância que, de acordo com vários estudos, carrega as taxas mais elevadas de mortalidade materna que é o aborto.

Dos anos 1990 para os anos 2000 foi registrado uma queda significativa das mortes causadas por aborto induzido no Brasil, principalmente após o início do uso do misoprostol como método abortivo. Entretanto, como explicado pelo Ipea em seu boletim anual sobre questões de gênero, esta mudança está mais relacionada ao método utilizado para o processo de aborto do que a uma intervenção do Estado brasileiro para garantir abortos seguros. (PEDROSA; MARINS; PINHEIRO; *et al*, p. 376, *in*: IPEA, 2012).

2.4.3 O “Ser” Mulher na Sociedade Brasileira

Ao longo deste capítulo observou-se que, de forma geral, a nação brasileira possui governantes e cidadãos com uma visão extremamente patriarcal, visão esta construída por anos de história. Apesar de todos os avanços políticos e legais obtidos ao longo dos anos, ainda há muito o que ser transformado. A movimentação de meninas e mulheres na busca por equidade de gênero vem transformando, a passos minúsculos, todas as sociedades a partir do movimento feminista que tem papel extremamente importante na garantia da continuidade desta busca e da conclusão de todas essas reivindicações.

Neste capítulo fez-se uma recapitulação do desenrolar do movimento feminista no Brasil a partir de 1964, ano do Golpe Militar, passando para os governos do ex-presidente Lula até Dilma Rousseff. O desenrolar desses acontecimentos como a criação da SPM, as modificações em leis trabalhistas, entre outros fatores, demonstram os avanços conseguidos até aquele momento.

No próximo capítulo são apresentados fatores relevantes para se concluir a questão mais importante desta pesquisa: o fato de Dilma Rousseff ser uma mulher influenciou em seu processo de *impeachment*? Serão apresentados dados sobre a eleição de mulheres ao redor do planeta, sejam elas como ministras, presidentes, chanceleres, etc.

III. O GÊNERO DE DILMA ROUSSEFF INFLUENCIOU O SEU PROCESSO DE IMPEACHMENT?

Como demonstrado ao longo da pesquisa há fortes evidências de que o processo de *impeachment* de Rousseff foi motivado por ela ser uma presidente mulher, compreende-se que outros fatores influenciaram fortemente no ocorrido, entretanto, o trabalho em questão foca suas pesquisas na questão do gênero. Há então a necessidade de se explicar de forma mais clara em quais aspectos e porque o gênero foi peça importante para que o processo se desse da forma que ocorreu. Os esforços feitos aqui demonstram a necessidade de abrir os olhos de eleitores e eleitoras para estereótipos de gênero que acompanham a sociedade brasileira e influenciam em todos os campos, levando seus nacionais a julgarem situações por um viés sexista, machista e muitas vezes injusto.

3.1 A MULHER NA POLÍTICA

O espaço político sempre foi preenchido por homens em sua maioria, líderes de Estado, governadores, vereadores, prefeitos etc. Essa escassez de figuras femininas na política é claramente problemática, não há como vencer um obstáculo, principalmente se este for social, quando não há quem o represente e exponha formas realmente eficazes de resolvê-lo. De acordo com editorial da Fundação Heinrich Böll Stiftung “[a] maior representatividade de minorias nas casas legislativas pode garantir políticas mais efetivas para esses grupos, o que seria um ganho para toda a sociedade” (MULHERES NA POLÍTICA, 2018). De onde vem a resistência para o cumprimento desta demanda?

Observa-se que muitas alegações são expostas – principalmente por parte do conservadorismo – indo na contramão desta inclusão feminina na política, seu principal argumento é o mito da falta de vocação feminina para cargos de liderança. É importante questionar de onde vem a ideia do ato de liderar ser intrínseco ao masculino, visto que países governados por mulheres obtêm mais sucesso no enfrentamento de situações graves do que países governados por homens. É interessante usar como exemplo o artigo publicado pela revista *Veja* (2020) *Países liderados por mulheres responderam melhor à COVID-19, sugere estudo*, expondo que países como Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia e Taiwan obtiveram maior sucesso no enfrentamento da pandemia do corona vírus do que países chefiados por homens. É citado no artigo o *Center for Economic Policy Research* que destaca: “[...] o sucesso das líderes femininas ‘pode ser explicado pelas respostas políticas proativas e

coordenadas” (VEJA, 2020). Este estudo analisou 194 países, apenas 19 deles tem voz feminina ativa dentro da política.

É interessante pensar nestes dados também nos tempos atuais. No ano de 2020 apenas seis países têm presidentes mulheres, sendo eles: Nepal, Taiwan, Estônia, Trinidad e Tobago, Etiópia e Geórgia. É apresentado abaixo uma tabela com algumas mulheres em cargos de poder no ano de 2020.

Mulheres em cargos de chefia estatal no ano de 2020.

MULHERES EM CARGOS DE PODER - 2020

NOME	DATA DA POSSE	PAÍS	CARGO
Angela Merkel	22 de novembro de 2005	Alemanha	Chanceler
Sheikh Hasina	06 de janeiro de 2009	Bangladesh	Primeira-ministra
Simonetta Sommaruga	01 de novembro de 2010	Suíça	Ministra no Conselho Federal e chefe do Departamento Federal de Justiça e Polícia
Jeanine Áñez	11 de novembro de 2019	Bolívia	Presidente interina
Saara Kuugongelwa	21 de março de 2015	Namíbia	Primeira-ministra
Bidhya Devi Bhandari	28 de outubro de 2015	Nepal	Presidente
Sophie Wilmès	27 de outubro de 2019	Bélgica	Primeira-ministra
Tsai Ing-wen	20 de maio de 2016	Taiwan	Presidente
Kersti Kaljulaid	10 de outubro de 2016	Estônia	Presidente
Ana Brnabić	29 de junho de 2017	Sérvia	Primeira-ministra
Halimah Yacob	14 de setembro de 2017	Singapura	Presidente
Jacinda Ardern	26 de outubro de 2017	Nova Zelândia	Primeira-ministra
Paula-Mae Weekes	19 de março de 2018	Trinidad e Tobago	Presidente

FONTE: autoral.

Observando as datas demonstradas na tabela acima percebe-se que a introdução de mulheres a cargos de liderança é recente, a maioria de 2015 para frente, com exceção da Alemanha, Bangladesh, Suíça e Bolívia. Ana Brnabić, primeira-ministra da Sérvia é a primeira mulher a conquistar o cargo, bem como a primeira lésbica publicamente assumida a chegar à um cargo de liderança no país.

Nos Estados Unidos da América (EUA), ocorreu um fator muito importante para demonstrar parte do sucesso do movimento feminista para inclusão de mulheres em cargos de liderança. Kamala Harris foi eleita vice-presidente dos EUA no ano de 2020, a importância dessa eleição foi além do fato dela ser mulher: Harris é filha de imigrantes (pai jamaicano e

mãe indiana), negra e mulher. Em seu primeiro discurso como vice-presidente ela afirmou que: "[e]mbora eu seja a primeira mulher neste posto, não serei a última, porque cada garotinha que me vê hoje, vê que esse é um país de possibilidades" (SARMENTO e PETRO. *in*: G1, 2020). Os EUA tem uma grande influência tanto nas Américas como em todos os outros continentes e a chegada de uma mulher negra à um cargo tão importante é um grande passo para o movimento feminista, principalmente no que diz respeito a meninas que se viam incapazes de liderar por não se verem representadas em cargos do tipo.

3.1.1 A Eleição de Mulheres como Presidentes na América Latina

Dilma Rousseff foi a 11^a mulher a ser eleita presidente na América Latina, outros cinco países latino-americanos já haviam eleito uma mulher para coordenar o país, sendo eles: Argentina (2007-2015), Chile (2006-2010/2014-2018), Costa Rica (2010-2014), Nicarágua (1990-1997) e Panamá (1999-2004). Em todos estes países as mulheres venceram as eleições a partir do voto popular, houve também outras mulheres responsáveis pelo cargo de presidente, mas a partir de sucessão constitucional, incumbência parlamentar ou regimes de fato em transição (GAZETA DO POVO, 2014). No ano de 2014 havia quatro mulheres devidamente eleitas governando ao mesmo tempo em países latino-americanos: Dilma Rousseff no Brasil; Michelle Bachelet no Chile; Cristina Kirchner na Argentina; e Laura Chinchilla na Costa Rica.

A quantidade de mulheres ocupando cargos de liderança em parte de um continente que viveu tantas ditaduras em quase todos seus países é um passo extremamente importante, visto que, durante essas ditaduras muitas mulheres sofreram com torturas específicas como é mencionado em tópicos anteriores desta pesquisa. É importante mencionar também que nenhum destes países que vivenciaram ditaduras eram, naquele tempo, governados por uma mulher. De acordo com o artigo *América Latina e as mulheres: seis presidentes eleitas e nenhuma ditadora*, publicado pelo Gazeta do Povo, como o próprio título já menciona, nenhuma das ditaduras enfrentadas pelos povos latino-americanos entre os anos 70 e 80 foram iniciadas ou fomentadas por governantes mulheres. Não existiram ditadoras, apenas ditadores.

O primeiro país do planeta a ser governado por uma mulher foi um Estado latino-americano, a Argentina. María Estela Martínez de Perón, era vice-presidente na Argentina e se tornou presidente em 1974, por consequência do falecimento de seu marido que era presidente do país e de acordo com a constituição argentina, o cargo seria passado para a (o) vice-presidente. Já a primeira mulher eleita presidente na América Latina foi Violeta Chamorro, que venceu as eleições de 1990 em Nicarágua (GAZETA DO POVO, 2014).

No Brasil a primeira mulher eleita por voto popular foi Dilma Rousseff, setenta e nove anos após o voto feminino ser permitido no país. Até 1931 apenas os homens brancos e pertencentes a “burguesia” podiam votar, a partir de 24 de fevereiro de 1932 foi permitido que mulheres votassem. Esta decisão só foi incorporada à constituição em 1934 estabelecendo o voto feminino facultativo e somente em 1965 o Código Eleitoral assemelhou o voto feminino ao masculino. Em um país relativamente novo, se analisado em anos históricos, Rousseff conseguiu chegar ao cargo mais importante do governo e ser reeleita (2011-2016).

3.1.2 O Voto Feminino e a Eleição de Mulheres no Brasil

O feminismo sufragista/burguês europeu se estabeleceu no Brasil no início do século XX, sendo o movimento responsável por garantir o voto feminino no país. Elas protestaram por anos para garantir que – na escolha de quem iria governar um estado/país que também dizia respeito à elas – mulheres pudessem votar, entretanto “[...] por não terem uma perspectiva de transformação na estrutura e na superestrutura da sociedade e mais especificamente no papel da mulher, por não terem consciência do mínimo que esta “igualdade” realmente significava [...]” (FIGUEIREDO, 1988, p. 27), a conquista ao voto foi suficiente para que essas mesmas mulheres voltassem para suas casas e continuassem reproduzindo o que a sociedade esperava delas: ser esposa, mãe e dona de casa.

Isabel de Mattos Dillon, dentista no Rio Grande do Sul, foi a primeira mulher a votar no Brasil. Em 1980 Isabel se beneficiou da Lei Saraiva que dizia que todo brasileiro possuidor de um título científico poderia votar. Aproveitando esta “brecha”, ela insistiu para que fosse inserida na lista de eleitores daquele ano em seu estado. A segunda mulher a votar no Brasil foi a professora Celina Guimarães Viana (1890-1972), do Rio Grande do Norte (BEZERRA, *in*: TODA MATÉRIA, [2014?]).

Trecho retirado da Revista de Histórica da Biblioteca Nacional que conta sobre Celina Guimarães



Primeira dama do voto

A primeira mulher a ter o direito de votar no Brasil foi Celina Guimarães Viana. E isso bem antes do Código Eleitoral de 1932. Aos 29 anos, Celina pediu em um cartório da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para ingressar na lista dos eleitores daquela cidade. Junto com outras seguidoras, Celina votou nas eleições de **5 de abril de 1928**.

Nascida em 1890 e formada pela Escola Normal de Natal, Celina aproveitou a Lei nº 660, de outubro de 1927, que estabelecia as regras para o eleitorado solicitar seu alistamento e participação. Em todo o país, o estado potiguar foi o primeiro a regulamentar seu sistema eleitoral, acrescentando um artigo que definia o sufrágio sem “distinção de sexo”.

O caso ficou famoso em todo o mundo, mas logo recebeu o balde de água fria da Comissão de Poderes do Senado, que não aceitou o voto. No entanto, a iniciativa da professora marcou a inserção da mulher na política eleitoral, numa época em que os homens dominavam este ambiente. A legalização do voto feminino ainda demoraria um pouco mais. Somente em 1932, o Código Eleitoral definiria que o voto era extensivo a todos, sem distinção de gênero, tornando-se obrigatório em 1946.

FONTE: Revista de Histórica da Biblioteca Nacional / Edição de Abril de 2013

A constituição datada de 1891 que estava em vigor na época nada dizia sobre mulheres se candidatarem e foi a partir dessa lacuna que o Partido Republicano Feminino (PRF) surgiu. Fundado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935), em 1910. Daltro se inspirou nas sufragistas inglesas e fez do PRF um objeto de luta de mulheres que buscavam seus direitos como cidadã, sendo assim “[...] organizava passeatas, lutava pela educação voltada para o trabalho e pressionava o governo para que lhe concedessem o direito ao voto” (BEZERRA, *in*: TODA MATÉRIA [2014?]).

Carlota de Queirós (1892-1982), médica paulista, foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal no Brasil. Foi a partir daí que mulheres puderam votar e se candidatar para cargos políticos no país. De acordo com a Constituição de 1934, “[...] o voto feminino era estendido às mulheres solteiras e viúvas que exerciam trabalhos remunerados. As mulheres casadas deveriam ser autorizadas pelos maridos para votar” (BEZERRA, *in*: TODA MATÉRIA, [2014?])

Carlota Pereira de Queiroz, única mulher da Assembleia Constituinte de 1934



FONTE: Acervo arquivo nacional

3.2 A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E POLÍTICA

Conforme o exposto no decorrer desta pesquisa, a luta para que de fato haja equidade no tratamento das cidadãs e cidadãos brasileiros é válida e urgente. Afinal, tratar os diferentes como iguais, conforme o preceito constitucional, não é algo que realmente acontece. Diante do cenário em que o país se encontra, é nítido que existe uma dificuldade e uma resistência na inserção de mulheres em cargos e posições de chefia, lugares que até poucos anos atrás eram ocupados por homens em sua maioria. A inclusão da mulher na política é um acontecimento recente e o fato da luta feminina ter sempre como base uma figura masculina como principal apoio e representação na política, resulta em um falso sentimento de “ineficiência feminina” para tomar decisões importantes e tomar à frente de situações que antes eram resolvidas exclusivamente por homens. Enquanto a mulher for vista como o “sexo frágil” a mesma continuará refém de uma situação cultural de baixa confiança em sua capacidade, como se não fosse capaz de solucionar problemas que, para a sociedade patriarcal, não “são assuntos para mulheres”. Por isso, a luta por igualdade é importante, é válida e deve ser vista como uma conquista.

A sociedade brasileira carrega uma cultura essencialmente patriarcal, portanto, faz-se verdadeira a afirmativa de que mulheres brasileiras se sentem excluídas dos cargos de liderança e gerência.

Em sociedades regidas por matrizes culturais atravessadas por relações assimétricas de gênero, é um desafio para as mulheres destacar-se em um universo predominantemente masculino como é a política. As mulheres candidatas a cargos eletivos se deparam com estereótipos que naturalizam os homens nos cargos de liderança política e reservam às mulheres o trato dos problemas domésticos e familiares. Culturalmente, aos homens se destina o espaço público e, às mulheres, o espaço privado. E tais estereótipos de gênero impactam as estratégias discursivas e comunicacionais de mulheres candidatas (PANKE, 2016, *s.p.*).

Essa relação de subordinação entre homens e mulheres está presente no subconsciente social. A cada cinco mulheres, uma relata já ter sofrido alguma violência física, sexual e/ou psicológica por parte de homens de seu convívio (pai, marido, irmão) e desconhecidos. Nogueira (2018), cita que “[o] cenário é real e grave, aproximadamente cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos no país; 91% dos homens dizem considerar que ‘bater em mulher é errado em qualquer situação’” (NOGUEIRA, 2018, *s.p.*), se mais da metade dos homens considera errado agredir uma mulher, quais homens estão violentando mulheres próximas e desconhecidas na sociedade brasileira?

Um exemplo pertinente e ilustrativo da presença desse sintoma na estrutura judiciária brasileira é o caso recente (2020) de Mariana Ferrer, levado à justiça e provisoriamente solucionado com a sentença estapafúrdia de “estupro culposo”.

Mariana Ferrer é uma *influencer* e modelo brasileira que foi estuprada por André de Camargo Aranha, em 2018. De acordo com matéria publicada pelo canal de notícias G1 “em um camarim privado, durante uma festa em um *beach club* em Jurerê Internacional, em Florianópolis. Ela tinha 21 anos e era virgem” (G1, 2020). As fontes utilizadas revelam que há provas concretas do crime, pois foram encontrados sêmen e sangue nas roupas de Mariana e, de acordo com o teste feito pela perícia, o sêmen encontrado nas roupas são de André de Camargo.

De acordo com o inquérito policial, Mariana teria sido estuprada e o caso foi levado à justiça. O caso foi transferido para um novo promotor, Cláudio Gastão da Rosa Filho, que defendeu Aranha e conclui que “[...] o empresário não teria como saber que Mariana não estava em condições de dar consentimento à relação sexual, não existindo, assim, o dolo, a intenção de estuprar. Essa conclusão do promotor está sendo chamada de ‘estupro culposo’” (G1, 2020). O crime inventado por Claudio Gastão durante o processo de Mariana Ferrer não existe perante a lei brasileira e o caso está sendo investigado novamente após inúmeras denúncias e a mobilização de internautas à partir da *hashtag* “Justiça por Mari Ferrer” que chegou a ser o assunto mais comentado no twitter no dia do julgamento de André Camargo.

Para a ONU a igualdade de gênero está em quinto lugar no ranking de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, demonstrando mais uma vez que há a extrema necessidade de garantia de direitos para as mulheres através de políticas públicas efetivas por parte de cada governo. De acordo com Panke (2016)

Mais que uma questão de opinião, essa problemática permeia a psique humana. Crianças criadas em um ambiente com características patriarcais tendem a absorver estas tendências. Até mesmo a mídia televisiva deve ser considerada, inúmeros programas, propagandas e/ou novelas já retrataram de alguma forma a imagem feminina em sentido submisso.

Educar as crianças é um dos principais fatores para solucionar a questão das problemáticas da desigualdade entre gêneros. As iniciativas de educação a nível fundamental são primordiais para que as novas gerações compreendam o problema e solucionem a partir de uma mudança sistêmica e cultural das sociedades. Fernando Haddad, candidato a presidência da república no Brasil no ano de 2018, idealizava a continuação e implementação de um projeto chamado Escola sem Homofobia, que estava sendo preparado desde o governo Rousseff. De acordo com o veículo de notícias Gazeta do Povo (2018) o projeto desenvolvido pela

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), a *Pathfinder* Brasil, a ECOS-Comunicação em Sexualidade e a Reprolatina-Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, revisado e orientado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e o Ministério da Educação (MEC). As cartilhas que seriam inicialmente distribuídas nas escolas continham orientação as professoras e professores com atividades que seriam desenvolvidas pelas alunas e alunos para combater a homofobia. O material contava com indicações de filmes e vídeos (GAZETA DO POVO, 2018).

3.2.1 A Relação Entre Gênero e Política no Brasil

Quando uma democracia se vê a beira de um colapso político os direitos aos cidadãos são ameaçados, as minorias estão na linha de frente e em se tratando de um sistema político totalmente patriarcal e arcaico revoga-se primeiro os direitos das mulheres. O princípio da equidade deixa de ser exercido e essas cidadãs deixam de ter a sua liberdade, seja essa político partidária ou não. Rago (2009) faz uma consideração importante sobre o momento da ditadura militar no Brasil “[a] ditadura não constrói nada, só destrói. Há uma luta contra esta destruição, mas a ditadura destrói tudo, porque significa o silenciamento, é o fim da esfera pública” (RAGO, *in*: IHU Online, 2009, *s.p.*). Portanto, o “findar a esfera pública” pode ser visto também como um silenciamento de classes. A crise política de 1964 até 1985 é negada por cidadãos brasileiros atualmente, julgada como “exagero” e muitas vezes “mentira”, mas elegeram uma presidente que sofreu as consequências deste período, chegando a suportar um golpe de Estado em seu próprio governo.

O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder. Nas sociedades ocidentais, marcadas também por outros 'sistemas de desigualdade', como apontado pela abordagem pós-estruturalista, é possível constatar, no entanto, que o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada. (FARAH, 2004, *s.p.*)

A inclusão das questões de gênero na agenda pública foi consequência do crescimento do movimento feminista contemporâneo no Brasil, sendo interessante observar que o feminismo, movimento essencialmente composto por mulheres, passaram a incluir em suas pautas questões referentes às minorias como um todo, além das reivindicações para a garantia de direitos das mulheres. A afirmação de Elizabeth Souza-Lobo “[...] ‘frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes’” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 247 *apud* FARAH, 2004, *s.p.*) demonstra a importância de se

observar quem são as pessoas responsáveis pela garantia de direitos de minorias como um todo. Durante os anos 60 e posteriormente, o feminismo fomentou o ideal de que “o pessoal é político”, despertando mulheres para a percepção do caráter político da opressão que vivenciam, pois compreenderam que tudo o que é experienciado na vida privada tem uma causa social, ou seja, cultural. “[A] partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva” (FIGUEIREDO, 1988, p. 30), surgem ideias de soluções e reivindicações políticas para as problemáticas de gênero presentes na sociedade.

No ano de 1994, o Brasil registrou que o desemprego masculino era de 6,7%, enquanto o feminino chegava a 13,9% (FARAH, 2004), essa disparidade nos números exemplifica a necessidade de políticas focalizadas nas questões de gênero. Alguns partidos, principalmente de esquerda, passaram a recomendar recentemente uma discriminação positiva de políticas voltadas às mulheres, principalmente mulheres negras e/ou mães e chefes de família solo por seu grau de vulnerabilidade social. A Agenda Brasileira para questões de gênero tem atualizações anuais na tentativa de atender todas as problemáticas necessárias compreendidas pelo Estado e por entidades não-estatais que atuam neste seguimento. Abaixo é apresentado uma tabela feita a partir do artigo de Marta Ferreira Santos Farah (2004).

Tabela da Agenda Brasileira para questões de gênero

PROBLEMÁTICA	POSSÍVEL SOLUÇÃO
Violência	Programas que atendam de forma integral mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual, criação de abrigos e medidas preventivas efetivas;
Saúde	“Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher, incluindo cuidados com a saúde mental e ocupacional” (FARAH, 2004)
Meninas e Adolescentes	Iniciativas de atenção integral para meninas e mulheres em situações de rua, prostituição e/ou envolvimento com tráfico e consumo de drogas;
Combate a pobreza	Projetos de capacitação de mulheres, crédito para continuidade de empreendimentos independentes, inclusão feminina em programas de geração de emprego;
Educação	Extensão da rede de creches e pré-escolas, preparação de professoras (es) que saibam explicar as questões de gênero nas escolas e garantia efetiva de acesso a educação;
Trabalho	Garantia de direitos trabalhistas, fiscalização nos níveis privado e público, reconhecimento do valor de trabalho não-remunerado e minimização da carga de trabalho da mulher por meio de iniciativas sociais;
Infraestrutura urbana e Habitação	Garantia de títulos de habitação e propriedades;
Incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública	Garantia de que toda política pública agregue a questão de gênero em seu funcionamento;
Acesso ao poder político	Garantir que mulheres tenham participação efetiva nas tomadas de decisão de políticas públicas e criação de condições de autonomia para mulheres onde essas possam decidir sobre suas próprias vidas.

3.2.3 Implicações da Questão de Gênero no Processo de Impeachment de Dilma Rousseff.

Para muitos um *impeachment*, para outros um golpe de Estado. O que Rousseff sofreu no ano de 2016 carrega inúmeros nomes, mas um significado fortíssimo para as meninas e mulheres brasileiras, mesmo as que não compreendem totalmente o que levou a destituição da ex-presidente.

Dilma Rousseff em um discurso antes de ser destituída como presidente da república.



FONTE: Brasil de Fato, 2019. Disponível em https://www.brasildefatopr.com.br/2019/12/02/as-mentiras-que-contaram-para-voce_. Acesso em 19 de novembro de 2020.

“Entendemos que o *impeachment* de 2016 foi um golpe parlamentar orquestrado com fortes dimensões de gênero, pois os esforços de oposição ao governo combinaram preconceitos e estereótipos sexistas para deslegitimar a imagem de Dilma” (CARNIEL; RUGGI; RUGGI. 2018, *s.p.*). Essa combinação levou a criação de inúmeros *memes* com a imagem de Rousseff, nenhum deles verdadeiramente engraçados, mas compartilhados por milhares de pessoas nas redes sociais.

O humor político praticado nas redes sociais contra Dilma Rousseff entre os anos de 2014 e 2016, para nos restringirmos apenas ao período estudado, sem dúvida é atravessado por estereótipos sexistas e misóginos. Tais estereótipos participaram da campanha pública que legitimou socialmente o golpe contra Dilma, conferindo certo destaque às redes sociais. (CARNIEL; RUGGI; RUGGI. 2018, *s.p.*)

A reprodução ou criação de um *meme* — fator analisado no artigo de Carniel e Ruggi (2018) — é feita com o intuito de protestar, engajar, tirar sarro, entre outras questões e os feitos a favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em sua maioria (se não todos)

carregavam piadas sexistas, difamatórias, sádicas, ou até chacotas em relação a aparência de Rousseff. É importante analisar que em outros processos de destituição de presidentes homens não havia, com a mesma frequência, publicações e/ou *memes* com este tipo de conotação. O ataque direto a aparência e sexualidade de Rousseff foi feito inúmeras vezes, tanto por membros do governo quanto por civis. Tal comportamento demonstra claramente uma cultura machista/sexista que, na primeira oportunidade, utilizou todas as armas para tomar a dignidade de uma mulher. Dilma Rousseff foi presidente do Brasil por [quase] dois mandatos, o cargo mais alto de chefia do país e mesmo assim não foi respeitada em nenhum momento durante o golpe que sofreu. Se atitudes assim são legitimadas para com uma figura pública, é possível concluir o que acontece com mulheres anônimas todos os dias.

Os *memes* publicados em apoio ao golpe de 2016 caçoavam fortemente o corpo, o comportamento e a aparência de Rousseff. Essas “críticas” eram feitas a partir de parâmetros genéricos de padrões de beleza claramente excludentes (CARNIEL; RUGGI; RUGGI. 2018, *s.p.*). Todas as “piadas” feitas sobre a ex-presidente tinham a intenção de ridicularizá-la numa tentativa de deslegitimação de todo o governo gerido por ela. A relação da sociedade com o compartilhamento e criação destes *memes* indica o comportamento da mesma sobre as relações de gênero, demonstra um desequilíbrio no que diz respeito ao lugar “permitido” para mulheres. Uma sociedade historicamente patriarcal sabe exatamente onde atacar quando se trata de mulheres.

Dilma Rousseff focalizou na responsabilidade feminina ao competir em um mundo masculino e se apresentou como herdeira legítima e continuadora do projeto político de uma liderança masculina, o ex-presidente Lula, estratégia compreensível pelo cenário de bom desempenho da economia e boa avaliação geral do governo de seu antecessor. (PANKE, 2016, *s.p.*)

Economia e política são assuntos tratados como masculinos. Rousseff atravessou inúmeras barreiras para conseguir chegar a presidência da república. Abaixo são demonstrados dois *memes* que foram publicados e compartilhados nas redes sociais com o intuito de deslegitimar Rousseff por sua [possível] homossexualidade e aparência fora dos padrões estéticos “atraentes” impostos socialmente. É pontuado por Figueiredo (1988) que foi alimentado pela mídia e por todos os interessados em continuar com a posição de submissão e passividade das mulheres, uma imagem totalmente distorcida — injusta e machista — de mulheres feministas, a mesma imagem atribuída a Rousseff durante seu processo de destituição. Esse estereótipo alimenta uma “[...] imagem generalizada da feminista, o estereótipo da mulher feia, mal-amada e mal ajustada, uma inimiga ferrenha dos homens” (FIGUEIREDO, 1988, p. 46).

Foto de Aécio Neves com sua esposa, Léticia Weber ao lado de uma foto de Dilma Rousseff com uma colega de trabalho, Erenice Guerra.



FONTE: desconhecida.

Há uma tentativa clara de diminuir Dilma Rousseff e Erenice Guerra por um possível relacionamento entre ambas, insinuando que homossexuais não devem estar a cargo de decisões tão importantes, além de impor padrões estéticos presentes em Letícia, mas não presentes em Rousseff e Guerra. O que se compreende é que mulheres precisam ser bonitas o suficiente para que sejam minimamente respeitadas. O fato de Letícia Weber, esposa de Aécio Neves, ser considerada “mais bonita” era comentado e usado como forma de chacota por inúmeros internautas nas redes sociais. Todo e qualquer traço de Rousseff que não seguisse estritamente os padrões estéticos de beleza eram utilizados para deslegitimar qualquer ação da ex-presidente.

Em artigo publicado para o 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo pela Prof. Me. Cristiane S. Parnaíba, são analisadas algumas charges publicas pela Folha de S. Paulo e pelo Correio Brasiliense, tentando identificar de que forma as ilustrações ajudaram ou atrapalharam na construção da imagem de Dilma Rousseff para as leitoras e leitores brasileiros. Parnaíba (2017) pontua que “[ao] reparar no tipo de humor feito, notamos que ele muitas vezes, ao usar os estereótipos femininos, mais enfraquece a importância de Dilma como primeira mulher eleita a presidente do país do que a representa nesta função” (PARNAÍBA, 2017, p. 13). É possível identificar que em todos os momentos em que Rousseff é representada a partir de estereótipos femininos, ela está em posição de dona de casa, fazendo limpeza. Entretanto,

quando Rousseff é retratada como forte e firme, percebe-se uma ligação da mesma com o ex-presidente Lula, como se seu governo fosse apenas uma continuação das pretensões de seu antecessor a ela não soubesse governar por si própria.

Foto de Erenice Guerra e Dilma Rousseff acima (indicando que as duas são um casal, no entanto, não são ou foram) e de Aécio Neves e Leticia Weber.



FONTE: Desconhecida.

É possível identificar também, piadas de cunho sexual direcionadas a ex-presidente. O exemplo mais bem empregado neste caso são os adesivos utilizados na entrada de combustível de carros de dezenas de brasileiros durante o golpe de Estado de 2016. “[Os] risos potencialmente desencadeados pelos *memes* que ridicularizaram Dilma a partir de certos estereótipos podem ser considerados como gestos sociais que despertam insensibilidade diante da violência estrutural das relações de gênero no país” (CARNIEL; RUGGI; RUGGI. 2018, *s.p.*).

Os adesivos foram postados no site Mercado Livre e vendidos como o intuito de “protestar” contra a corrupção. Inicialmente pensaram ser uma mulher que havia confeccionado e postado o produto para venda, entretanto, a mesma se pronunciou alegando que o marido usou a conta dela para postagem. De acordo com matéria publicada pela Veja São Paulo “[n]o site, o anúncio diz ‘Adesive seu carro e se divirta protestando!’. Na seção de comentários, algumas pessoas elogiam a iniciativa e sugerem que o vendedor crie outros adesivos” (VEJA SÃO PAULO, 2017). Apesar dos comentários a favor do crime cometido contra Rousseff, muitos internautas se posicionaram nas redes sociais indignadas com o produto. Várias contas no *twitter* expuseram não estar de acordo com o adesivo por conter “piada com violência sexual”, entre outros.

Adesivo na entrada de combustível de um automóvel expando Dilma Rousseff de pernas abertas.



FONTE: Desconhecida.

De todos os presidentes destituídos no Brasil, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a sofrer os ataques direcionados, em sua maioria, à sua sexualidade, formas de vestir, costumes, aparência, formas de falar, entre outros. A problemática de gênero presente no Brasil foi exposta de forma clara, homens e mulheres escancararam o machismo presente em seu inconsciente e deslegitimaram um governo. O primeiro governo gerenciado por uma mulher com posicionamento político de esquerda e experiência vasta no que se refere a política. Em sua última declaração como presidente sobre o processo de *impeachment*, Dilma expôs que

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. (ROUSSEFF, *in*: A história será implacável com os golpistas, 2019).

O golpe sofrido por Rousseff é sentido pela sociedade brasileira mesmo depois de quatro anos. É perceptível o crescimento, mesmo que lento, dos movimentos sociais e de pessoas interessadas em lutar junto das minorias pela garantia de direitos mínimos. Apesar de toda a problemática presente na sociedade brasileira em relação a necessidade de equidade de gênero,

vê-se uma introdução de parte de crianças e adolescentes interessadas (os) em entender o funcionamento da sociedade e quais os motivos de todas as injustiças presentes no mercado de trabalho, em casa, na escola, entre outros.

Como exposto neste capítulo, o gênero de Dilma Rousseff esteve intimamente ligado, além de outros fatores, a forma como se deu seu processo de destituição. As críticas feitas por membros do governo e pela população, atacaram Rousseff de forma íntima, como foi o caso dos adesivos com teor sexual e abusivo vendidos no ano de 2016, bem como as especulações sobre sua vida amorosa e sua orientação sexual. Nenhum destes pontos é considerado cabível de julgamento em um processo de *impeachment* direcionado à um presidente homem. Durante a pesquisa, questionou-se o porquê do comportamento da população para com Rousseff ter sido normalizado por parte da sociedade, visto que, esta conduta continha, claramente, métodos específicos de ataque e julgamento.

Rousseff teve sua vida pessoal revirada por pessoas que pretendiam lhe desestabilizar emocionalmente para que seus objetivos fossem cumpridos. Em entrevista mencionada no capítulo dois, a ex-presidente comenta que os métodos de tortura sofridos na ditadura lhe roubaram a dignidade, justamente pela forma em que foram empregados. A tortura física se difere da psicológica apenas na forma de se fazer, mas ambas torturam e roubam a dignidade da pessoa que a sofre.

O fato de Dilma Rousseff ser mulher implicou diretamente na forma como o processo de destituição se deu. “O uso do humor contra a autoridade, inclusive sem autoria identificada, não é nenhuma novidade, mas os alvos, os formatos e os conteúdos diferem contextualmente” (Berger, 2017 *apud* CARNIEL, 2018), essa diferenciação está ligada, principalmente, ao gênero. Atualmente é muito questionado nas redes sociais o motivo do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, não ter sofrido um processo de *impeachment*, mesmo com tudo que vem fazendo e deixando de fazer em seu governo. Em episódio recente de mais de dez dias de apagão no estado do Amapá. “Desde 3 de novembro, 89% da população do Amapá sofre com a precariedade no fornecimento de energia elétrica no estado. O apagão tem gerado transtornos no fornecimento de água e na manutenção de alimentos” (G1, 2020). Muitas pessoas cobram uma atitude do então presidente que só visitou o estado 19 dias depois do início do apagão.

O que diferencia o atual presidente do Brasil (2020), Jair M. Bolsonaro, da ex-presidente Dilma Rousseff, além da posição política, é o gênero. É possível encontrar inúmeros posts em redes sociais onde internautas comparam o governo de ambos e salientam “Dilma foi destituída por muito menos”, apontando, principalmente, para o fator midiático. A mídia influencia

diretamente na forma de pensar de uma população, principalmente no que diz respeito a política. Em uma publicação no *twitter* uma internauta comenta que “Dilma na presidência. Segundo apagão no Amapá em 15 dias. Pensem na avalanche midiática. Era *impeachment* amanhã” (Autora desconhecida²⁰, 2020). É preciso repensar.

²⁰ No conta do *twitter* não havia nome ou outras redes sociais que apresentasse o nome completo da internauta, a única informação apresentada era o apelido “Nina”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução dos estudos de gênero como uma problemática a ser resolvida através de políticas públicas foi um grande avanço conquistado pelas mulheres brasileiras, assim como a eleição por votos diretos de uma mulher para presidente da república. Entretanto, como foi exposto ao longo desta pesquisa, mesmo com tamanha representatividade não houve, de fato, uma mudança estrutural no pensamento da população brasileira acerca do lugar da mulher. Rousseff abriu portas para inúmeras questões importantes, tanto pelo lugar de fala a que estava inserida, quanto pela experiência política que a ex-presidente carrega: “Cassar arbitrariamente o mandato da presidente Dilma Rousseff significou um ato de cinismo covarde contra o desejo manifestado nas urnas por 54.501.118 brasileiros. A isso se chama golpe de estado” (RUFFATO. *In: EL PAÍS*, 2016).

Foi pontuado que a questão do gênero interfere diretamente na formação da identidade nacional no que diz respeito às suas escolhas políticas de modo geral. O tempo todo se faz política, vive-se política e, portanto, deve-se observar o peso do machismo enraizado em uma sociedade patriarcal em seu modo de fazer política, escolher políticas e vivenciar políticas escolhidas. Além do fator do gênero também se observa o que foi pontuado em artigo publicado no jornal *El País* no ano de 2016: além do ódio político direcionado ao Partido dos Trabalhadores (PT), além dos ataques direcionados a Rousseff envolvendo seu gênero feminino, ataques contra sua [possível] homossexualidade — demonstrando também homofobia por parte da população —, havia também uma questão de classes. “Parte da população, acostumada historicamente a usufruir dos mais amplos privilégios, nunca aceitou dividir espaço com a camada mais pobre” (RUFFATO. *In: EL PAÍS*, 2016), pois encaram esta camada como mera mão de obra que deve permanecer desqualificada. A mudança trazida pelos governos petista no que diz respeito a inserção dessas classes em faculdades, cursos técnicos, entre outros gerou uma sensação de revolta por parte da classe mais alta. Essa revolta se desenrolou em ataques contra a atual presidente, onde estas mesmas pessoas usaram de seu gênero e suposta fragilidade para lhe desmerecer como presidente.

Durante o governo de Rousseff, as representações políticas e sociais das mulheres suscitaram muitos debates, mas ao mesmo tempo revelaram uma face da cultura brasileira, cujas características eram profundamente obscurecidas pelo preconceito de gênero, que por sua vez se disfarçava de pretensão de defesa do discurso da "normalidade" social. A manutenção dos poderes onde estão: no gênero masculino. Reserva-se um lugar no âmbito privado para mulheres e outro no âmbito público para homens, perpetuando o que sistema patriarcal deseja

manter. Entender que o bordão do feminismo contemporâneo de que “o pessoal é político” tira mulheres de dentro de suas casas, do domínio do provedor masculino, da responsabilidade pelas filhas (os) e pela casa, inserindo-a em seu lugar de direito que é o espaço público com garantia de direitos básicos. A análise do desenrolar do feminismo no Brasil nos governos de Lula e Dilma feito no capítulo dois desta pesquisa, demonstrou que por mais que houvesse um desejo de mudança por parte de ambos, não havia apoio por parte de outros membros do governo — nas questões sobre garantia de aborto seguro, por exemplo.

No primeiro capítulo fez-se uma análise ampla das abordagens das teorias feministas e do feminismo nas RIs, desde a primeira onda feminista aos dias atuais, mostrando sua evolução e o que cada movimento e perspectiva teórica pretende defender e conquistar. Explicou-se também que a disparidade entre os gêneros interfere fortemente na formação da identidade nacional, influenciando diretamente nas escolhas políticas dos indivíduos.

No capítulo dois fez-se uma breve recapitulação de parte da história da política brasileira, iniciando com algumas considerações sobre a ditadura militar ocorrida no Brasil (1964-1985), avançando para o primeiro mandato do ex-presidente Lula até a destituição de Rousseff. Posteriormente, no mesmo capítulo, analisou-se o desenvolvimento do feminismo no Brasil no âmbito destes governos, ou seja, de que maneira Lula e Dilma trabalharam as questões de gênero em seus governos e como o movimento feminista ganhou espaço na sociedade brasileira.

No terceiro e último capítulo, trabalhou-se na questão central desta pesquisa: teria o gênero de Dilma Rousseff influenciado no seu processo de destituição enquanto presidente da república? Observou-se que o envolvimento dos assuntos mencionados acima teve grande impacto na forma como a destituição ocorreu, basta observar outros governos em que são cometidos crimes muitos piores, como aqueles em que há ataque aos direitos humanos, para que se observe que Rousseff foi deslegitimada não apenas por sua posição política ou pelo partido a que estava inserida. A dignidade da ex-presidente foi violada mais uma vez por ela ser mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDELAL, R; HERRERA, Y. M; JOHNSTON, A. L; MCDERMOTT, R. Identity as a Variable. **Perspectives on Politics**, S. I., v. 4, 2006.

AMARAL, Luciana. **Temer diz que só mulher é capaz de indicar 'desajustes' de preço no supermercado**. In: G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/mulher-ainda-e-tratada-como-figura-de-segundo-grau-no-brasil-diz-temer.ghtml> Acesso em 04 de novembro de 2020.

BETIM, Felipe. **Sebastián Rodriguez | Advogado do Center For Reproductive Rights: “Existem fundamentos legais para que o Supremo legalize o aborto no Brasil”**. In: EL PAÍS, 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/03/politica/1533291491_643952.html Acesso em 04 de novembro de 2020.

BEZERRA, Juliana. **Voto Feminino no Brasil**. In: Toda Matéria, [2014?]. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/voto-feminino-no-brasil/> Acesso em 11 de novembro de 2020.

BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar A. **Entre feminismos, formação e ações: uma reflexão a partir dos discursos de universitárias/os em Goiás**. Goiânia, 2013. Disponível em http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372944732_ARQUIVO_Textocompleto_Nocoessobrefeministas,feminismos,genero.pdf Acesso em 16 de setembro de 2020.

BRAGA, Nathalia Rocha C. F. Perspectivas positivistas e pós positivistas nas Relações Internacionais: As divergências epistemológicas levariam a distinções em seu modo de fazer ciência? **Pólemos**, Brasília, vol. 2, n. 4, 2013.

BRUNO, Maria Martha. **Mulheres na ditadura: as torturas sofridas e a luta contra o autoritarismo**. In: Revista Azmina, 2018. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-ditadura/> Acesso em 15 de setembro de 2020.

CAETANO, Ivone Ferreira. **O Feminismo Brasileiro: Uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. Rio de Janeiro, 2017.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opin. Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 523-546, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000300523&lng=en&nrm=iso Acesso em 15 de maio de 2020.

ELOE, Cynthia. et al. **International Relations Theory for the Twenty-First Century: Feminism**. p. 99-110, 2007.

FAGUNDEZ, Ingrid; MENDONÇA, Renata. **Como primeira ‘presidenta’, Dilma deixou algum legado para as mulheres?** In: BBC Brasil, 2016. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>> Acesso em 04 de maio de 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 16 de novembro de 2020.

FIGUEIREDO, Mariza. **A evolução do feminismo no Brasil.** In: O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas y perspectivas. Salvador: NEIM/UFBa, 1988. <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>>

FIRMINO, Camila Rocha, *et al.* **Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.** Brasília, edição nº 51, 2016.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>>. Acesso em 24 de março de 2020

G1. Caso Mariana Ferrer: ataques a blogueira durante julgamento sobre estupro provocam indignação. 2020. Disponível em < <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/03/caso-mariana-ferrer-ataques-a-blogueira-durante-julgamento-sobre-estupro-provocam-indignacao.ghtml>> Acesso em 18 de novembro de 2020.

G1. Apagão no Amapá: entenda as causas e consequências da falta de energia no estado. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/06/apagao-no-amapa-entenda-as-causas-e-consequencias-da-falta-de-energia-no-estado.ghtml> Acesso em 21 de novembro de 2020.

GAZETA DO POVO. **“Kit Gay: o que é mito e o que é verdade”.** Outubro de 2018. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/> Acesso em 19 de novembro de 2020.

GOVERNO DO BRASIL. **Conheça a trajetória da presidenta Dilma Rousseff.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>> Acesso em 08 de junho de 2019

GOVERNO FEDERAL. **Secretaria de Política para Mulheres – SPM.** Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>> Acesso em 30 de maio de 2020

IHU ON-LINE. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil.** Entrevista especial com Margareth Rago, 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/26400-as-mulheres-e-a-ditadura-militar-no-brasil-entrevista-especial-com-margareth-rago>> Acesso em 25 de maio de 2020.

PAÍSES LIDERADOS POR MULHERES RESPONDERAM MELHOR À COVID-19, SUGERE ESTUDO. **Revista Veja**, [S.l.], 2020. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/mundo/paises-liderados-por-mulheres-responderam-melhor-a-covid-19-sugere-estudo/>> Acesso em 09 de setembro de 2020.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opin. Publica**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000200385&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15 de maio de 2020

PARNAÍBA, Cristiane dos Santos. **Charge jornalística e representação feminina: o primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff**. 15º Encontro nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, 2017. Disponível em <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/636/376>> Acesso em 19 de novembro de 2020.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Educação Básica**. Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>> Acesso em 30 de maio de 2020.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, 2013.

MOTTA, Miriam H. de Sá. O ensino sobre a ditadura militar brasileira na sala de aula. [Entrevista concedida a] Izabella Lourença. **Ceale**, Minas Gerais, março de 2014. Disponível em <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/o-ensino-sobre-a-ditadura-militar-brasileira-na-sala-de-aula.html>> Acesso em 30 de maio de 2020.

NOGUEIRA, Renzo Magno. A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5377, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718> Acesso em: 21 maio 2020.

OPITZ, Edmund A. **Adam Smith and the Invisible Hand**. Disponível em: <<https://fee.org/articles/adam-smith-and-the-invisible-hand/>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opin Publica**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762016000200385&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 15 de maio de 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em 25 de maio de 2020.

PRESIDENTES DO BRASIL. **Dilma Rousseff**. Disponível em: <<http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/dilma-rousseff.html>> Acesso em 05 de junho de 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Dilma Rousseff: "Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade". [Entrevista concedida a] Mariana Lemos e Camila Maciel. **Brasil de Fato**. São Paulo, 2020. Disponível em <<https://www.brasilefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff->

tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade> Acesso em 24 de maio de 2020.

ROUSSEFF, Dilma. **A história será implacável com os golpistas**. Brasília, 2019. Disponível em < <http://dilma.com.br/historia-sera-implacavel-com-os-golpistas/>> Acesso em 19 de novembro de 2020.

RUFFATO, Luiz. **O golpe contra Dilma Rousseff**. EL PAÍS, São Paulo, 2016. Disponível em < O golpe contra Dilma Rousseff | Opinião | EL PAÍS Brasil (elpais.com)> Acesso em 22 de novembro de 2020.

SARMENTO, Gabriela; PETRÓ, Gustavo. **Kamala Harris faz 1º discurso como vice-presidente eleita dos Estados Unidos: 'Vocês escolheram esperança, decência, ciência'**. G1, 2020. Disponível em < <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/07/kamala-harris-faz-1o-discurso-como-vice-presidente-dos-estados-unidos.ghtml>> Acesso em 10 de novembro de 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, 2004.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Doutora em Filosofia pela USP defende cotas para negros e lembra julgamento em que STF discutiu conceito de raça**. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=121288>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, Califórnia, v. 41, p. 611-632, 1997.

TIMOTEO, Carolina Q. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. **GT 7 Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina**. p. 91-103, 2013.

VEJA SÃO PAULO. **Anúncio de adesivo com montagem de Dilma foi feito por uma mulher**. São Paulo, 2017. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/blog/cidade/anuncio-de-adesivo-com-montagem-de-dilma-foi-feito-por-uma-mulher/> Acesso em 19 de novembro de 2020.